

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

PROGRAMA ELEITORAL | SANTARÉM | AUTÁRQUICAS 2021

Baseado no Programa Eleitoral PAN às eleições autárquicas e face à realidade do concelho de Santarém, a Distrital de Santarém apresenta as seguintes medidas e ações que pretende vir a ser cumpridas, visando um futuro melhor, orientado por “uma visão ecocêntrica que perspetiva a saúde humana e a saúde do planeta”, uma visão integrada para fazer frente aos dois grandes desafios atuais: crise climática e crise sócio-económica causada pelo covid-19.

Reforçando o traço distinto do PAN, onde pretendemos que prevaleça o total respeito pelas demais formas de vida e pela nossa casa comum: o planeta Terra.

A nossa política baseia-se nas pessoas, animais e natureza a coabitar harmoniosamente e todos os nossos esforços serão no sentido de trazer melhor qualidade de vida aos santarenses ao mesmo tempo que enaltecemos e desenvolvemos o que Santarém tem de melhor, a sua natureza e biodiversidade.

A nossa relação com a natureza é insustentável e expõe-nos a perigos de saúde e custos económicos que põem em causa a vida como a conhecemos.

Mitigação das alterações climáticas

Os fatores que mais contribuem para a emissão de gases com efeito estufa são a pecuária, alteração do solo, a desflorestação, a energia, os transportes, os resíduos, a agricultura intensiva e a pesca industrial.

Assim propomos:

- Compromisso de articular a execução das demais políticas públicas com o combate às alterações climáticas e à mitigação dos seus efeitos:
- Compromisso do município de articular todas as medidas que sejam necessárias na luta pela “emergência climática” que se vive actualmente e que será ainda mais grave em poucos anos.
- Compromisso do executivo de assumir o compromisso de município neutro em carbono até 2030
- Aposta em energias limpas, na eficiência energética e na redução da pobreza energética
- O município deve-se pautar pelo Direito à Soberania Energética
- Incentivar a microprodução e armazenamento de energias renováveis - criação de um pacote municipal de apoio à micro-produção de energias renováveis - apoios de financiamento bonificado e de subsídios a fundo perdido, promovendo a autonomia energética
- Elaborar e implementar Estratégia Local para a Eficiência Energética
- Substituição de semaforização por soluções mais eficientes - colocação de temporizadores nos semáforos
- Instalar equipamentos de produção local renovável em mais edifícios públicos municipais e integrar sistemas solares térmicos nos

equipamentos do município nomeadamente no complexo aquático e no gimnodesportivo do choupal

- Criar o “compromisso Municipal para a descarbonização” que passará pela redução, até 2025, de 20% das emissões de gases com efeitos de estufa

Mobilidade intermodal, inclusiva e ativa

Aposta numa mobilidade sustentável, suave, intermodal, ativa e inclusiva. Desenvolvimento de uma rede integrada de eixos cicláveis e de intermodalidade. O tão discutido elevador deverá ser construído para facilitar a circulação e desenvolvimento da zona Ribeira. A estação de caminho de ferro, deverá sempre existir como apoio à cidade. Mesmo com a mobilização da mesma a norte.

- Criar mais zonas de arvoredo com espécies autóctones em grande zona de concentração de calor nomeadamente criação de corredor verde na rua O
- Criar bosques extremamente densos selvagens em zonas residenciais (bosques de Miyawaki)
- Criação de fontenários com circuitos fechados de águas para refrescar
- Incluir árvores de fruto comestíveis (nomeadamente citrinos – na infraestrutura verde urbana)
- Maior área de arvoredo por zona habitacional

Planeamento e organização do território

A ocupação do território concelhio e a regulamentação das atividades humanas nele exercidas constitui um dos domínios de competências onde o município pode e deve desempenhar um papel determinante na defesa do equilíbrio entre a Natureza e o Ser Humano a nível local e, conseqüentemente, na promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável de futuro.

A crise sanitária provocada pela COVID-19 deixou profundas marcas ao nível económico e social, sendo que os municípios terão um papel crucial na recuperação desta crise e dos seus impactos. Essa recuperação não poderá significar um regresso sem mais ao contexto pré-covid-19 e deverá ser uma oportunidade para passar para um modelo de desenvolvimento que garanta um futuro sustentável, resiliente, justo e equilibrado. O planeamento e o ordenamento do território são o ponto de partida para o assegurar.

Organização do espaço urbano

- Assegurar o efetivo cumprimento da Lei das Beatas (Lei n.º 88/2019, de 3 de Setembro) no concelho, dotando os caixotes do lixo do município de cinzeiros nomeadamente em zonas residenciais e maior fiscalização destas zonas relativamente à sua limpeza.
- estabelecimentos comerciais do município assegurem a disponibilização de cinzeiros e equipamentos próprios para a deposição de resíduos de produtos de tabaco;
- Aumentar o número de bebedouros para animais de companhia na cidade e, em especial, nos parques urbanos;

Planeamento e Turismo

- Desenvolver um plano municipal estratégico para o turismo, apostando num maior consumo interior, e com uma visão equilibrada numa perspetiva de médio e longo prazos - tornar Santarém numa cidade amiga do ambiente com aposta na limpeza das ruas e espaços verdes, distinguir-se a nível nacional na área ambiental.
- Incluir no planeamento urbanístico e de revisão do PDM critérios de desenho de cidades que promovam mais purificação ambiental.
- Criar um guia de boas práticas no alojamento local e setor hoteleiro que incentive as melhores práticas ao nível ambiental e de eficiência energética.

Atividades com impactos na ocupação do território e licenciamento

- Criar uma comissão de acompanhamento para avaliar a implementação do Plano Diretor Municipal (PDM) relativamente aos diferentes usos do solo restringindo licenças a atividades consideradas prejudiciais/abusivas e poluentes dos mesmos solos, maior rigor no cumprimento das empresas. - suiniculturas
- Garantir, na análise dos loteamentos, que os espaços verdes cedidos têm áreas sustentáveis e com dimensão suficiente para serem de facto

utilizados e não áreas sobrantes entre edifícios ou molduras dos mesmos, pois são espaços com custos de manutenção elevados e sem utilidade prática, que nem sequer cumprem as funções básicas de área verde. Assegurar que estes espaços/infraestruturas verdes têm ligação entre si;

- Criar incentivos para que os privados (investidores e particulares) instalem unidades de produção de energia, nomeadamente através da diminuição das taxas de licenciamento e apoio técnico.

As populações e grupos mais vulneráveis têm, em função da sua vulnerabilidade, maior dificuldade em enfrentar e recuperar do risco. As catástrofes ambientais são uma realidade cada vez mais próxima tanto espacialmente como temporalmente e uma das formas de superar tais situações passará pela estruturação de um plano de emergência.

Tais populações e grupos devem estar identificados no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC), bem como as respostas concretas aos riscos potenciais que incidem sobre as mesmas. Neste âmbito propomos:

- Integrar no PMEPC um sistema de respostas e meios alocados à prevenção e recuperação do risco e acidente das populações e grupos mais vulneráveis da comunidade;
- Incluir no PMEPC as organizações de intervenção social de modo a possibilitar ou ampliar uma rede de resposta social em caso de acidente grave ou catástrofe natural.

Assegurar a educação e formação para a proteção civil e o risco

- Sensibilizar e educar a comunidade escolar: é necessário que o Município contribua, juntamente com a Escola, na educação para o risco, a fim de criar uma cultura de prevenção junto dos/as jovens e restante população. Uma das funções do Serviço Municipal de Proteção Civil é a sensibilização, formação, ensino e treino para os comportamentos a adotar perante situações de crise, acidente e catástrofe. Neste contexto formativo realçamos a formação em suporte básico de vida para pessoas e animais, desfibrilhação automática externa, uso do 112, medidas de autoproteção, entre outras, em contexto escolar e na comunidade em geral. Dinamizar campanhas em escolas para demonstração e simulação de primeiros socorros desde o ensino básico ao secundário

Pretendemos criar cidadãos mais bem preparados, comunidades mais resilientes, para minimizar os custos em vidas (humanas e não humanas), patrimoniais, sociais e económicos em situações de catástrofe.

- Formar e equipar os agentes de Proteção Civil: a ação formativa do Município deve ser igualmente extensível a todos os/as agentes de proteção civil presentes no território (forças policiais, bombeiros/as, Unidades Locais de Proteção Civil) assegurando que todos/as os/as intervenientes da proteção civil tenham formação em suporte básico de vida para pessoas e animais e estejam equipados/as com desfibrilhadores automáticos externos.

Segurança pedonal

A segurança pedonal, ou seja, as condições de segurança para os pedestres, visa não só diminuir os números de atropelamentos e mortes por atropelamento, como também oferecer condições para a potencialização dos meios ativos e sustentáveis de locomoção.

- Construir passeios seguros em todas as vias caminháveis nomeadamente em zonas de grande afluência de crianças e jovens - Rua Dr Jorge de Sena, a título de exemplo)
- Ouvir as comunidades relativamente aos fatores de maior risco identificados pelas próprias;
- Identificar zonas de maior sinistralidade e encontrar soluções corretivas.

Atividades com impactos na ocupação do território e licenciamento

- Criar uma equipa permanente para análise do Impacto Ambiental das operações de loteamento, de urbanização e dos trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento, bem como daquelas que nos termos de regulamento municipal sejam consideradas como de impacto relevante, de forma a apresentarem ao promotor propostas de diminuição do impacto ambiental negativo;
- Garantir, na análise dos loteamentos, que os espaços verdes cedidos têm áreas sustentáveis e com dimensão suficiente para serem de facto utilizados e não áreas sobrantes entre edifícios ou molduras dos mesmos, pois são espaços com custos de manutenção elevados e sem utilidade prática, que nem sequer cumprem as funções básicas de área

verde. Assegurar que estes espaços/infraestruturas verdes têm ligação entre si;

- Criar incentivos para que os privados (investidores e particulares) instalem unidades de produção de energia, nomeadamente através da diminuição das taxas de licenciamento e apoio técnico.
- Criar um fundo que, tendo o objetivo de incentivar o investimento e soluções inovadoras no município, canalizará, mediante concurso público, financiamento para projetos que deem respostas aos problemas sociais e ambientais do município.

Mobilidade intermodal, inclusiva e ativa

Na área da mobilidade, a transição tem de passar por novas formas de reorganização de trabalho e pela aposta numa mobilidade sustentável, suave, intermodal, ativa e inclusiva, através da melhoria da rede de transportes públicos, bem como pelo desenvolvimento de uma rede integrada de eixos cicláveis e de intermodalidade. O apoio ao desenvolvimento de tecnologias mais limpas na mobilidade, como a mobilidade elétrica e os combustíveis neutros em carbono, assume ainda pleno relevo. Esta aposta, para além de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, traduz-se num impacto positivo na qualidade do ar – responsável por milhões de mortes prematuras a nível mundial – e também no aumento da independência energética, com impactos positivos na balança de pagamentos e na segurança energética.

O futuro do planeta e o ambiente não são dissociáveis das questões da mobilidade, por isso sendo a mobilidade um eixo tão relevante, apresentamos, neste programa, um capítulo autónomo para o tema, para além das medidas propostas no presente capítulo. O PAN propõe:

- Eliminar as barreiras arquitetónicas que persistem nas cidades, que dificultam a inclusão, inviabilizam o acesso aos transportes públicos e uma cidadania ativa;
- Garantir a existência de uma estratégia de acessibilidades, transversal às diversas áreas da governação, que promova a acessibilidade aos transportes, a interconectividade e a informação atualizada sobre as viagens e o funcionamento dos acessos, incluindo em braile para as pessoas com deficiência visual;
- Elaboração pelo município de um Plano Municipal de Acessibilidade Pedonal, incluindo a respetiva avaliação e adaptação; OU (consoante os concelhos tenham ou não já plano de acessibilidade ou semelhante). Garantir a monitorização do Plano Municipal de Acessibilidade Pedonal e respetiva avaliação e adaptação;
- Promover a realização de diagnósticos atualizados e regulares relativos aos cumprimentos da legislação sobre acessibilidades;
- Incentivar novas formas de organização do trabalho nas esferas de influência do município – acautelando as questões de igualdade de género, o combate ao isolamento e ao *burnout*, e garantindo a existência de condições e infraestruturas de comunicação, nomeadamente uma maior cobertura da rede de fibra óptica, que permita a implementação do teletrabalho em todo o território nacional;
- Promover junto dos empregadores o conceito de horários intercalados, pois em alguns setores, a flexibilidade de horários permitirá uma

melhor qualidade de vida, maior produtividade e redução de trânsito em hora de ponta;

- Criar infraestruturas em municípios menos urbanizadas para instalação de Pequenas e Médias Empresas (PME) onde o trabalho pode ser desenvolvido remotamente;
- Garantir que os territórios no interior têm acesso a uma boa largura de banda de internet;
- Reconverter a frota municipal em veículos menos impactantes no referente a emissões de GEE

Resíduos e economia circular

A necessidade de redução da produção de resíduos urbanos e de aumento das respetivas taxas de reciclagem ainda é um desígnio por cumprir em Portugal. As metas para 2020 definidas na Diretiva Europeia 2008/98/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, sobre resíduos, consistem, sinteticamente, em três grandes metas, que ainda não foram alcançadas: 1) atingir uma redução da produção de resíduos de 10% face a 2012; 2) deposição máxima de resíduos biodegradáveis em aterro de 35% e 3) assunção de um nível de reciclagem mínimo de 50%.

Infelizmente, os números mostram-nos uma realidade bem distinta. Com efeito, de acordo com o relatório anual de resíduos urbanos publicado pela Agência Portuguesa do Ambiente para o ano de 2019, assistiu-se a um aumento na produção de resíduos urbanos relativamente a 2018, sendo que existe um aumento anual da produção total de resíduos entre 1 e 4% desde 2014; cerca de 33% de resíduos vão diretamente para aterro e mais de 8

Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU), dos 28 existentes, depositam diretamente em aterro mais de 50% dos Resíduos Urbanos (RU) produzidos, não tendo paralelamente outras infraestruturas de tratamento para além da unidade de triagem e aterro. No que respeita à meta de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) depositados em aterro, estamos distantes da meta (35%), dado que o valor apurado em 2019 foi de 45%.

O sistema PAYT (Pay-as-you-throw) na recolha de resíduos urbanos implica uma atuação ativa dos cidadãos sobre a sua produção e correto encaminhamento dos resíduos e tem constituído, a nível internacional, um sistema de referência para a redução da produção de resíduos e para o aumento da taxa de reciclagem. O foco passa presentemente por um modelo de economia circular, abandonando-se o atual modelo linear, de forma a mantermos o valor de produtos e materiais durante o maior período de tempo possível no ciclo económico, o que permite diminuir a produção de resíduos. Por outro lado, é essencial incentivar a reutilização dos produtos e equipamentos, ao invés de continuarmos focados no seu destino final que será, inevitavelmente, ou um aterro sanitário ou uma incineradora, que vão emitir, por sua vez, mais gases com efeito de estufa.

Em março de 2020 foi adotado o Plano de Ação para a Economia Circular pela União Europeia, constituindo esta transição da Europa para uma economia circular um dos principais pilares do Pacto Ecológico Europeu, pois assim será possível reduzir a pressão sobre os recursos naturais, evitar a perda de biodiversidade e caminhar para alcançar o objetivo da neutralidade carbónica em 2030.

A economia circular representa a mudança de um modelo linear para um modelo circular, acompanha todo o ciclo de vida de cada categoria de produto, e inicia-se no desenho dos produtos e das próprias embalagens, incentiva a consumos sustentáveis e conscientes, previne a produção de resíduos e promove o prolongamento da vida útil dos recursos, pondo fim à [obsolescência programada](#). Com esta mudança, além da redução dos GEE (sendo a produção de materiais de uso quotidiano é responsável por 45% das emissões de CO2), e a diminuição de pressão sobre os recursos e ecossistemas, espera-se a promoção da inovação e a criação de empregos (cerca de [700 000 postos de trabalho na UE](#) até 2030).

Os apoios à economia circular devem privilegiar projetos que contribuam para o desenvolvimento de modelos de negócio circulares como as simbioses industriais, em que se privilegia a reutilização de resíduos de umas indústrias para outras, bem como incentivar negócios que promovam o arranjo de equipamentos, não esquecendo, o combate ao desperdício alimentar.

Esta nova perspetiva de olhar para os resíduos como um recurso a potenciar permitirá uma redução da sua produção e uma redução do custo das matérias primas, incrementando-se os recursos das empresas para maiores investimentos e crescimento económico, favorecendo a soberania alimentar. É importante destacar a competência municipal fundamental – o saneamento – (delegada em Sistemas Multimunicipais ou não), que deve assumir uma cobertura em todo o território, prevenindo os fortes problemas ambientais e de saúde pública causados pela inexistência de soluções de tratamento adequadas (tratamentos secundários e terciários) e pela aceitação, por parte

dos municípios, de efluentes industriais nos coletores públicos sem que estes respeitem os requisitos a nível da carga poluente.

Propomos:

- O desenvolvimento de estudos e implementação de projetos piloto de sistema PAYT (*Pay-as-you-throw*) na recolha de resíduos urbanos, antecipando a meta estabelecida, bem como antecipar a adoção da separação da tarifa de resíduos do consumo da água;
- Elaborar e implementar um plano de ação que identifique as origens do desperdício alimentar no município e soluções para a sua eliminação e aproveitamento;
- Criar uma rede de partilha dos excedentes agrícolas com vista a reduzir o desperdício alimentar, promover o sentido de comunidade e apoiar pessoas economicamente mais vulneráveis;
- Criar uma bolsa municipal de produtos reciclados prontos a serem de novo utilizados para a produção fabril e de fácil acesso à indústria;
- Promover campanhas nas escolas, empresas e junto dos munícipes para a promoção e sensibilização para a reciclagem, mostrando os efeitos nefastos da sua não execução;
- O investimento na recolha seletiva porta-a-porta de materiais e bio resíduos/orgânicos;
- Garantir a oferta de compostores aos munícipes, formação para o efeito e instalação de compostores comunitários;

A recolha concertada dos diversos tipos de resíduos nos contentores e ecopontos, evitando situações de insalubridade;

- Realizar campanhas de sensibilização e responsabilização sob o tema “Recolha de Dejetos Caninos”, criando pontos de depósito e disponibilização de sacos biodegradáveis para o efeito;
- Substituir as embalagens de serviço de plástico (copos, talheres e pratos) por embalagens reutilizáveis nos órgãos representativos das autarquias, nos serviços da administração autárquica ou que se encontrem sob a sua gestão, e ainda no âmbito de serviços concessionados ou patrocinados pelos órgãos autárquicos (por exemplo, regatas, festivais, mercados);
- Promover projetos de incentivo à entrega seletiva de resíduos, designadamente com recurso à chamada “moeda local” ou projetos de troca comunitária;
- Apoiar o desenvolvimento de projetos do tipo ‘Repair Café’, com vista a promover a reparação de equipamentos, e assim prolongar o seu tempo de vida útil, bem como o reforço do sentimento de comunidade através da partilha de conhecimentos e experiências;
- Incentivar ao desenvolvimento de negócios que visem a partilha de equipamentos e ferramentas tendo por base o conceito ‘Biblioteca das Coisas’;
- Reforçar a remoção dos resíduos indevidamente depositados, garantido o seu devido encaminhamento e tratamento;
- Criar pontos de deposição de resíduos verdes de jardinagem em locais estratégicos do município (i.e. locais onde predominem vivendas);
- Investir num projeto piloto que assegure a utilização de materiais porosos (eventualmente reciclados) no asfaltamento das estradas do

concelho com vista à tão necessária percolação, não só para manutenção de lençóis freáticos, como para retardar cheias;

- Assegurar o efetivo cumprimento da Lei das Beatas (Lei n.º 88/2019, de 3 de Setembro) no concelho, dotando os caixotes do lixo do município de cinzeiros e colocando-os junto dos estabelecimentos comerciais do município assegurando a disponibilização de cinzeiros e equipamentos próprios para a deposição de resíduos de produtos de tabaco, bem como de sinalética indicando a proibição de atirar as beatas para o chão;
- Criar pontos de deposição de resíduos de construção e demolição, assegurando o seu adequado tratamento e fiscalização.

E ainda:

- Criar a figura municipal de protectores dos meios hídricos (“guarda-rios”), complementarmente aos vigilantes da natureza;
- Cobrir, a 100%, a rede de saneamento até 2023;
- Promover mecanismos que permitam a reutilização das águas cinzentas;
- Reforçar a monitorização e fiscalização de descargas ilegais de efluentes;
- Promover a existência de programas, em articulação com a administração central, que visem a reconversão dos tratamentos de efluentes para modos ambientalmente mais responsáveis;

- Garantir soluções de tratamento de efluentes tendente a circunscrever ao estritamente indispensável as descargas no meio natural;
- Em simultâneo, criar um programa de recuperação dos lagos, ribeiras e riachos que assegure, designadamente, a colocação/reparação de redes de drenagem e de guias telescópicas nas ribeiras do município por forma a diminuir as descargas ilegais e a poluição;
- Rejeitar efluentes industriais nos coletores municipais que não cumpram os requisitos no que respeita à carga poluente;
- Intensificar a lavagem do espaço público com recursos a detergentes que não contenham microplásticos;

Agricultura e pecuária

O desenvolvimento da agricultura nacional deve centrar-se em projetos que promovam a soberania alimentar, através da promoção e desenvolvimento da produção nacional, local, de proximidade, do tipo biológico, com baixa intensidade na utilização de produtos químicos e baixa intensidade na utilização da água. A aposta neste tipo de agricultura defende, não só, os pequenos produtores e o ambiente como também é fundamental numa estratégia de adaptação às alterações climáticas, tendo em conta a progressiva escassez de água com que o país se vai defrontar.

A Estratégia Europeia do Prado ao Prato deve ser implementada com a devida celeridade, devendo ser aposto em todos os produtos consumidos um rótulo referente aos quilómetros por eles percorridos até chegarem ao consumidor

final. Só assim, a escolha de cada uma e de cada um pode ser feita em consciência.

Adicionalmente, o controlo de plantas infestantes recorrendo ao uso de herbicidas de síntese é uma prática corrente em Portugal. Este fenómeno, que ocorre quer no mundo agrícola, quer no mundo urbano, tem consequências nefastas tanto para o ser humano como para os restantes ecossistemas. Especificamente para o meio urbano, está em vigor legislação que o proíbe e queremos que as autarquias se dotem de meios que permitam cumprir a lei. Salientamos, ainda, que as hortas urbanas são projetos importantes no combate à exclusão social contribuindo para a conectividade dos ecossistemas, para a criação de laços dentro das comunidades e, em algumas situações, para aliviar os reduzidos orçamentos familiares.

Por outro lado, como sabemos, a pecuária é uma das maiores fontes de gases com efeito de estufa. Uma das matérias que continua por resolver no País, apesar das várias estratégias existentes, nunca implementadas, é a do correto tratamento de efluentes pecuários, designadamente através de sistemas de digestão anaeróbia. A falta de fiscalização tem permitido que as pecuárias operem na ilegalidade, efetuando descargas ilegais de efluentes, muitas vezes para o meio hídrico, poluindo as massas de água e comprometendo os ecossistemas.

Assim, o PAN, propõe:

- Apoiar culturas com baixa utilização de recursos hídricos;
- Incentivar práticas agrícolas que reduzam a utilização de produtos químicos.

- Apoiar projetos e iniciativas de produção agrícola local, nomeadamente os de agricultura biológica;
- Assumir o compromisso pela não utilização de glifosato, declarando o território como "Autarquia Sem Glifosato e outras aplicações generalizadas de herbicidas programadas", privilegiando soluções mais naturais, acompanhando as iniciativas desenvolvida pela Quercus e Plataforma Transgénicos Fora (PTF);
- Análises mensais à água de consumo do município e às suas Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) urbanas para deteção de glifosato;
- Tornar públicas as análises da qualidade dos efluentes liberados pelas ETAR, nomeadamente os resultados das análises que são periodicamente enviados à APA;
- Prestar informação semestral à Assembleia Municipal relativa às ações levadas a cabo ao nível das ribeiras, dar nota do estado das massas de água, identificando as agressões e das ações desenvolvidas.
- Definir análises mensais para deteção de glifosato nos alimentos introduzidos na cadeia de consumo nos mercados abastecedores municipais/regionais, principais cadeias de hipermercados e pontuais/estatísticas em pequenas mercearias e mercados urbanos (formais ou informais);
- Promover uma rede de hortas urbanas, assegurando:
 - o Elaborar um Regulamento Municipal de Hortas Urbanas e Comunitárias, abrangendo as diferentes tipologias de hortas urbanas municipais existentes, com a definição das regras

específicas para a sua atribuição, localização e utilização e que sejam inclusivas;

- o Assegurar por via do Regulamento Municipal de Hortas Urbanas a adequação da detenção de animais de companhia às normas legalmente em vigor e a expressa proibição do acorrentamento permanente de animais e não instalação de hortas em locais que interfiram com as espécies residentes, nomeadamente com os programas Captura-Esterilização-Devolução (CED);
- o Criar hortas nas escolas, sob gestão municipal;
- o Regularizar das pequenas hortas e produções individuais já existentes;
- o Atribuir os talhões das hortas urbanas a grupos organizados (coletividades, associações, grupos de cidadãos/ãos, ou outras entidades como lares, casas de repouso, escolas), promovendo o encontro geracional e a valorização da integração de todas/os;
- o Incentivar à criação de pequenas unidades de produção, hortas, pomares, jardins no interior dos quarteirões da cidade e nas áreas permeáveis existentes, através de formação aos munícipes e apoio técnico;
- o Promover campanhas de formação e de sensibilização no sentido de as hortas passarem a ser de produção com princípios regenerativos (ex:biológica, natural, biodinâmica, tradicional (policulturas), permacultura, sintrópica, entre outras) fornecendo para tal o apoio técnico para a prossecução desta prática agrícola;

- o Introduzir, através de formação de munícipes, princípios e práticas permaculturais nas hortas urbanas e jardins da autarquia;
- Criar um portal específico para as pessoas usufrutuárias das hortas urbanas da cidade, promovendo uma rede de troca de conhecimentos e até de sementes e outros produtos e materiais, promovendo paralelamente encontros entre os usufrutuários/os de hortas;
- Elaborar campanhas de sensibilização junto das escolas que relacionem os graves problemas ambientais que vivemos e a necessidade de garantirmos a nossa soberania alimentar;
- Promover, através da criação de mecanismos de escoamento, ou de pequenos mercados junto às áreas das hortas, uma maior sustentabilidade alimentar da cidade/vila e o consumo de produtos sazonais;
- Garantir a aposição de rótulo em todos os produtos consumidos com indicação de quilometragem percorrida;
- Aumentar a fiscalização e criar um canal para reportar denúncias as possíveis descargas poluentes de efluentes provenientes de explorações pecuárias;
- Garantir a não-isenção de taxas municipais para as atividades pecuárias intensivas;
- Garantir a avaliação dos impactos ambientais e na saúde pública das atividades pecuárias intensivas;

- Divulgar à Assembleia Municipal o número de produtores/explorações em cada autarquia e quantidade média de animais criados, abatidos e comercializados por ano, no município;

Floresta

A floresta em Portugal apresenta uma característica diferenciadora face a outros países: é detida, na sua maioria, por privados, sendo que há uma grande fatia dessa propriedade cujos proprietários se desconhecem, facto que dificulta a atribuição de responsabilidades como, por exemplo, a da limpeza de terrenos. Esta particularidade coloca desafios adicionais à gestão florestal em Portugal no âmbito da prevenção de incêndios e no reordenamento florestal que é fundamental na adaptação do País às alterações climáticas, seja pela prevenção de incêndios, seja pela retenção de recursos hídricos e combate à desertificação. A conclusão do cadastro florestal e a criação de medidas de incentivo ao reordenamento florestal – a nível das espécies e da respetiva gestão – são o caminho para a prevenção de incêndios, para a retenção de recursos hídricos no solo e para o combate à desertificação do território, promovendo, ao mesmo tempo, um novo ressurgimento da atividade florestal em terrenos até agora praticamente abandonados, com impactos económicos positivos. Em Portugal os terrenos, tal como se encontram, são pequenos para dar lucro. Como os proprietários têm pouca área, como não rende, também não limpam e alguns nem sabem onde é a própria propriedade (a maior parte das vezes são herança que nem tem planta e que está perdida no meio da serra). Assim, há anos que se debate a

necessidade de incentivar que os proprietários se agrupem de forma a que se maximize os recursos existentes;

Assim, o PAN, propõe:

- Efetivar os trabalhos de cadastro florestal, contribuindo ativamente para a sua prossecução e conclusão;
- A criação de incentivos a entidades para que se organizem através de modelos cooperativos para a gestão florestal;
- Promover a existência de agroflorestas/ policulturas, através da maximização das parcelas e da aposta em espécies autóctones;
- A criação de incentivos à utilização de espécies autóctones e de espécies mais resistentes aos incêndios;
- Incentivar uma regular e adequada gestão da matéria combustível dos terrenos florestais, salvaguardando a preservação do coberto vegetal e do arvoredo;
- Criação de um serviço de vigilância municipal, afeto à Proteção Civil Municipal, para a prevenção e deteção atempada de incêndios florestais;
- O reforço de meios humanos e materiais das equipas de fiscalização municipal tendo em vista, no quadro do pelouro da Proteção Civil e em respeito pela orgânica do Município, o cumprimento das regras de segurança florestal;
- Desenvolver projetos que promovam os serviços dos ecossistemas florestais, designadamente, serviços de suporte, de provisão e aprovisionamento, de regulação, culturais e de recreio.

Adaptação às alterações climáticas

Nos 5 anos que passaram desde o Acordo de Paris e com todos os compromissos assumidos, a concentração de gases com efeito de estufa passou de 402 partes por milhão para 415 partes por milhão. A partir das 430 partes por milhão, iremos ter um aumento médio da temperatura global de 2 graus celsius, o ponto de não retorno a partir do qual o planeta entra num novo estado climático. Estas alterações vão provocar uma extinção em massa das atuais formas de vida, incluindo da espécie humana. Os cientistas estimam que cerca de 88% da população mundial não sobreviverá. Isto não é ficção científica, é a realidade para a qual caminhamos, se, enquanto decisores políticos, continuarmos sem fazer nada. O tempo de agir está a terminar!

Portugal será um dos países europeus mais afetados pelas alterações climáticas, que se vão manifestar no nosso país com a disseminação de doenças e com eventos climáticos extremos, como cheias, furacões, secas, incêndios florestais, subida do nível do mar, escassez de água potável ou desertificação de extensos territórios. Dizem-nos os cientistas que abaixo do paralelo 40, (em Portugal, a sul da Figueira da Foz), os territórios ficarão inabitáveis.

Se não salvarmos o Planeta não nos salvaremos! As intenções e declarações de compromisso não reduzem as emissões, não fazem parar o relógio, não salvam a Humanidade.

A nível dos municípios é fundamental saber, de acordo com diferentes cenários climáticos, o real impacto na orla costeira, nos recursos hídricos, nas

temperaturas médias e nos solos. Os investimentos de adaptação às alterações climáticas de que necessitamos não se compaginam com continuarmos sem fazer nada, tendo em conta o tempo disponível e os recursos financeiros que vão ser necessários. Enquanto o concelho continua a discutir obras como a Escola Prática de Cavalaria ou o Presidio, o relógio avança e o tempo para se enfrentar os efeitos das alterações climáticas esgota-se. O Banco Mundial já publicou que são necessários 147 milhões de euros por ano em ações de adaptação às alterações climáticas, mas em 2020 o Governo, através do Fundo Ambiental canalizou apenas um milhão de euros neste desígnio, ao mesmo tempo que atribuía mais de quinhentos milhões de euros em subsídios e borlas fiscais aos produtos petrolíferos.

Estamos a correr contra o tempo e sempre na falsa esperança de que não seja tarde. E estamos a correr contra o tempo porque não conseguimos alterar todos os sistemas de produção de energia, alterar as tecnologias dos transportes que utilizamos, alterar a nossa agricultura e a nossa floresta em poucos meses. Essas mudanças levam tempo, tempo que não dispomos, porque na voracidade produtivista e extractivista não quisemos ter.

Um planeamento cego à nova realidade climática é um planeamento que não protege a população e o território e que utiliza mal os recursos financeiros disponíveis.

Sublinhamos, ainda, que se prevê que até final do século a subida do nível médio da água do mar em cerca de 9 mm ao ano, ameaçando o cordão dunar e os ecossistemas associados e tão comuns ao longo da costa portuguesa. O problema da erosão em Portugal é bem conhecido, sendo que a existência de

barragens a norte do País bloqueia a provisão de sedimentos em praticamente toda a costa oeste do País.

Ecosistemas e biodiversidade

Aos Municípios cabe um papel preponderante em matéria ambiental, papel que sai reforçado com o alargamento das suas competências em matéria de arborização e rearborização, de gestão das áreas protegidas de âmbito local e cogestão das de âmbito nacional regional a nível das entidades intermunicipais, mas também no restauro, proteção e resiliência dos ecossistemas. A biodiversidade tem enfrentado, ao nível global, um declínio a um ritmo e escala sem precedentes, conforme reconhece o próprio Parlamento Europeu na sua Resolução sobre a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 – Trazer a natureza de volta às nossas vidas – [2020/2273\(INI\)](#). Este é o momento de trazer a natureza de volta para a cidade, dar-lhe um lugar de destaque, devolver-lhe uma vida mais diversa, a fim de conciliar o bem-estar ambiental com o humano.

Iremos pautar-nos pela promoção da biodiversidade, devendo cada município capturar carbono atmosférico. Numa abordagem de "município em transição", todos os projetos devem fornecer uma abordagem participativa de co-construção e envolvimento do cidadão, desde a concepção à implementação, ao acompanhamento e à manutenção.

Assim, o poder local e a população devem assumir para si o papel de conservar a biodiversidade, promovendo a conservação de forma a inverter a sua perda. Estudos apontam para a clara necessidade de incrementar as áreas verdes nos centros urbanos, ligando os espaços fragmentados espalhados pela

cidade através dos denominados “corredores verdes” ou “corredores ecológicos”.

Assim, o PAN, propõe:

- Desenvolver, em articulação com o Plano Diretor Municipal, um Plano de Infraestrutura Verde Urbana;
- Elaborar e cumprir um Plano de Ação Local para a Biodiversidade, considerando os objetivos definidos pela Convenção sobre a Diversidade Biológica, as 20 Metas de Aichi e a Estratégia da União Europeia para a Biodiversidade 2020, estabelecida em 2011; Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030;
- Elaborar um plano estratégico específico para a preservação dos polinizadores;
- Elaborar censos e publicar um Atlas de biodiversidade, que liste toda a fauna e flora do município, incluindo dos polinizadores;
- Promover a realização de projetos de conservação e de restauro dos ecossistemas, que envolva a comunidade educativa e universitária, na proteção da natureza;
- Executar corredores ecológicos, devendo o seu planeamento ser considerado em todas as áreas novas da cidade, mas também estudados e executados nas áreas urbanas já consolidadas nomeadamente na rua O. Consideramos que se for assumido um compromisso sério de conectividade, dentro de 10 a 15 anos, vamos viver numa área verde urbana;

- Criar ligações verdes nas infraestruturas rodoviárias, elevadas ou no subsolo, garantindo a continuidade do corredor ecológico e dessa forma o cumprimento da sua função básica: redução dos efeitos da fragmentação dos ecossistemas e livre circulação de animais;
- Analisar as áreas fragmentadas espalhadas na cidade, criando manchas verdes entre edifícios e estradas
- Incentivar coberturas e fachadas verdes e a proteção de logradouros não impermeabilizados, estabelecendo metas alinhadas com a Resolução do Parlamento Europeu “Estratégia da UE da Biodiversidade para 2030;
- Renaturalizar e restaurar áreas degradadas e muitas vezes abandonadas;
- Incluir nos planos de arborização do território local de espécies de frutos comestíveis;
- Elaborar um regulamento municipal que estabeleça as regras e normas relativas ao planeamento, implantação, gestão, conservação e manutenção de espécies arbóreas e arbustivas;
- Assegurar que a gestão e manutenção do arvoredo urbano será feito por profissionais especializados, de forma correta e regular, no âmbito de um regulamento municipal de proteção do arvoredo;
- Criar uma aplicação informática interativa que permita visualizar e identificar todas as árvores do município com a programação das intervenções e o estado fitossanitário de cada árvore;
- Promover a alteração dos procedimentos para abate de árvores: o património arbóreo de cada município é único, demora anos a crescer

e deve ser respeitado. O abate de qualquer árvore ou conjunto de espécies arbóreas deve ser precedido, não só de um parecer técnico que o justifique, mas também de uma consulta prévia às/aos cidadãs/ãos;

- Aumentar o investimento na criação de espaços verdes, mas também na manutenção e reabilitação de espaços verdes existentes, garantindo que reúnem as condições adequadas para o seu uso;
- Assegurar, na análise dos loteamentos, que os espaços verdes cedidos têm áreas sustentáveis e com dimensão para serem de facto utilizados e não áreas sobrantes entre edifícios ou molduras dos mesmos, pois são espaços com custos de manutenção elevados e sem utilidade prática, que nem sequer cumprem as funções básicas de área verde;
- Criar zonas protegidas para polinizadores, tendo em conta a elevada importância destes na biodiversidade;
- Promover a criação de guias sobre a biodiversidade, incluindo os polinizadores;
- Deixar de cortar a relva para que as plantas silvestres e a vegetação espontânea possam fornecer alimento para os polinizadores e promover a existência de prado biodiverso nos espaços públicos;
- Promover a instalação das chamadas “Estações da Biodiversidade e Biospots”, com vista à criação e divulgação e a criar conteúdos sobre espécies e relações ecológicas associadas à polinização, disponíveis para todas/os aqueles que visitam os percursos e locais sinalizados com painéis informativos;

- Sensibilizar os munícipes para a compostagem de alimentos, em meio rural e urbano, ainda que nas suas habitações nomeadamente através da oferta de compostores
- Criar um serviço municipal de compostagem, responsável pela implementação de centros de compostagem em diversos locais do município, nomeadamente nas hortas comunitárias, nas escolas, bem como pela fiscalização e garantia do seu correto funcionamento.

Papel do Município na Gestão dos Parques Naturais e das Áreas Protegidas

Embora esta tarefa seja uma atribuição que incumbe primordialmente ao Estado, é também premente que a gestão dos parques naturais e das áreas protegidas seja apoiada a um nível local, de proximidade, em estreita parceria com os organismos do Estado e das autarquias que abrangem as respetivas áreas.

Assim, o PAN propõe:

- O reforço da participação autárquica na gestão de parques naturais e das áreas protegidas, bem como a promoção da articulação dessa participação com outros concelhos que o parque ou área natural abrança;
- A promoção e priorização de ações de educação ambiental e proteção do ambiente, com o envolvimento das populações;
- Elaboração de planos de ação para eliminação a curto prazo das espécies invasoras, das áreas protegidas, parques e reservas e que inclua o aumento da população de espécies endémicas;

- A promoção da participação pública na elaboração dos Planos de Ordenamento/ Proteção de áreas naturais, bem como na sua gestão,
- A promoção de ações de educação e de sensibilização ambiental e a criação de mecanismos para aumentar a vigilância e atuação com rigor em caso de infração.

Monitorização Ambiental e Digitalização

Encontramo-nos num ponto de viragem em que a preocupação climática deve incluir soluções digitais. Segundo dados do Fórum Económico Mundial e embora a digitalização consuma acentuados recursos energéticos, não deixa de ser um forte aliada da ação climática reduzindo emissões até 15%.

O conceito de *digital twin*, por exemplo, envolve a integração de vários índices sobre a qualidade ambiental e o funcionamento saudável dos ecossistemas. Acreditamos que as autarquias podem ser um participante ativo nesta nova era, potenciando a recolha de dados ambientais, a sua integração coerente e a comunicação desta monitorização de forma clara e transparente, tanto para os cidadãos, como para a ciência e decisores políticos. Esta atividade é necessária – não apenas a criação do modelo digital do ecossistema do município, mas também do País e da Europa, já que a preocupação é comum à Comissão Europeia.

Assim, o PAN, propõe:

- Criação de plataformas para monitorização ambiental de forma integrada e homogénea baseada em índices claramente definidos, tais

como o uso do solo, descarga de nutrientes, qualidade da água e qualidade do ar;

- O diálogo com a ciência no sentido de criar projetos de ciência cidadã com vista à monitorização ambiental em vários aspetos: identificação de espécies, referenciação de poluição e poluidores, índice de qualidade da água, por exemplo;
- Participação e integração das escolas do município nos projetos de ciência cidadã;
- Elaboração de um estudo sobre a pegada ecológica dos munícipes e da biocapacidade do concelho.

Incluir o socorro animal no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC)

É crucial que no PMEPC esteja consagrado o socorro e resgate de animais com medidas concretas, planeadas e articuladas entre os vários agentes da proteção civil.

Para esse efeito o PAN quer:

- Criar planos setoriais de veterinária integrados no Plano Municipal de emergência de Proteção Civil;
- Assegurar a existência de hospitais de campanha médico-veterinários;
- Garantir formação aos agentes da proteção civil, polícia municipal, bombeiros e serviço médico veterinário em primeiros-socorros para animais e demais procedimentos de emergência;

- Divulgar, junto da população, a existência de um serviço de socorro a animais;
- Criar uma equipa de salvação e resgate animal municipal, cuja composição deverá integrar vários elementos, entre os quais licenciados/as em Medicina Veterinária com inscrição como membro efetivo na Ordem dos Médicos Veterinários, licenciados/as em Engenharia Zootécnica, licenciados/as em enfermagem veterinária, para além de outros/as especialistas cuja participação seja considerada relevante.

Animais de companhia

- Resgatar animais em situação de catástrofe, acidente ou incêndio.
- Equipar os bombeiros de materiais necessários ao resgate e salvamento de animais, como as máscaras de oxigénio para animais, ambulância de socorro a animais, entre outros;
- Assegurar a existência de os hospitais de campanha e estabelecer, através de protocolos com clínicas veterinárias e alojamentos para animais (hotéis para animais), uma rede de assistência médico-veterinária e abrigo para animais resgatados em caso de acidente, catástrofe natural ou incêndio.

Animais de grande porte ou detidos em explorações pecuárias

- Assegurar o meio de transporte de forma a garantir o resgate de animais de grande porte ou detidos em explorações pecuárias de produção;

- Assegurar, por via de protocolos com centros hípicos, santuários, associações de protecção animal ou outros espaços a existência de alojamento de emergência para os animais resgatados;
- As disposições acima indicadas implicam que a Comissão Municipal de Protecção Civil tenha um levantamento dos espaços que alojam animais, incluindo das explorações pecuárias, independentemente da sua dimensão, no território concelhio e o número dos respetivos animais detidos.

Animais Selvagens

- Garantir formação especializada de socorro a animais selvagens ou silvestres para os/as agentes de protecção civil municipal (bombeiros/as, elementos das Unidades Locais de Protecção Civil e eventualmente a outros/as agentes de protecção civil, em articulação com o serviço médico-veterinário);
- Assegurar o transporte em segurança de animais socorridos para um Centro de Recuperação em animais selvagens;
- Incrementar os apoios humanos, logísticos e estruturais afectos aos Centros de Recuperação de Animais Selvagens.

Dignificar e valorizar o trabalho dos bombeiros

Os Bombeiros Voluntários ou Profissionais (Sapadores) são os agentes de protecção civil que mais dependem do apoio dos municípios. Os corpos de bombeiros/as exclusivamente profissionais estão na dependência direta dos

municípios, podendo ainda os municípios criar e manter corpos de bombeiros mistos (com elementos voluntários e profissionais).

Os municípios devem implementar medidas de dignificação e valorização dos Bombeiros Voluntários, bem como o apoio de Equipas de Intervenção Permanente nas corporações de bombeiros das Associações Humanitárias.

Pertença, Dignidade e acesso à Justiça

Os direitos humanos não podem ser colocados em causa. No entanto, não é ao

que assistimos no nosso quotidiano: há discriminação e injustiça social. A crise provocada pela COVID-19 veio expor ainda mais as desigualdades que ao longo dos tempos se tornaram estruturais.

Estamos longe de alcançar os objetivos traçados pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que devia ter sido o nosso guião. A nove anos do seu fim não fomos capazes de construir um mundo mais inclusivo nem sustentável. E também não conseguimos inverter as alterações climáticas, nem respeitar a biodiversidade e todas as espécies que habitam connosco no planeta.

Existem e persistem antigas e novas formas de opressão e de exploração do ser humano pelo ser humano, bem como de animais não humanos pelo ser humano, estando a sua denúncia e combate longe do ideal. Falamos de vidas cuja proteção entendemos dizer respeito a todas e todos nós, pois nenhuma

sociedade prospera enquanto existirem pessoas a sofrerem formas de desigualdade, discriminação, racismo, xenofobia, violência e desrespeito.

No PAN acreditamos que as políticas devem basear-se no conhecimento: no conhecimento académico, no conhecimento da realidade, no conhecimento do território, no conhecimento das dinâmicas que acontecem ao longo do tempo, no conhecimento em rede. Deve ser nesse conhecimento real que as medidas, estratégias e planos se devem basear para definir caminhos. Consideramos ainda que estes instrumentos de planeamento precisam da alocação adequada de verbas e de recursos humanos, da definição de calendarização e de instrumentos de monitorização transparentes e públicos. É com esta visão que o PAN apresenta um conjunto de medidas cujo desenho e implementação queremos que inclua as pessoas e a comunidade, em harmonia com a natureza.

Por outro lado, acreditamos que os direitos humanos incluem uma cidadania ativa que terá de ser incentivada e mobilizada, cabendo também à autarquia criar instrumentos facilitadores através, por exemplo, de plataformas digitais, de sessões públicas, sessões de participação e inquéritos, de forma a identificar os problemas e as aspirações da população, podendo assim concretizar-se como uma governação democrática, representativa e inclusiva.

- Promover apoio financeiro e técnico, nomeadamente através de ações de capacitação técnica e financeira, ou cedência de espaços, a organizações não governamentais e outras entidades da sociedade civil sem fins lucrativos que atuem no território do concelho e que tenham como missão assuntos relacionados com os direitos humanos

nomeadamente resgate de pessoas em condições de trabalho precárias.

- Assumir, por parte do município, uma política explícita de contratação não discriminatória;

Acessibilidade

- Intensificar a fiscalização de operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio, assegurando o cumprimento das condições de acessibilidade a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais;

Crianças de jovens

Aumentar a verba do Orçamento do Município alocada ao Arrendamento Jovem;

- Elaborar um estudo local sobre o trabalho infantil no município.

Promoção de boas relações institucionais

- Envolver o Movimento Associativo na gestão do Município através da criação de conselhos municipais que funcionem em matérias estruturantes para o Concelho, aproximando os/as executivos/as das associações, nomeadamente as de desenvolvimento local, na construção e definição de políticas públicas locais.
- Implementar uma estratégia municipal de compras públicas ecológicas, com uma abrangência total em todos os procedimentos do concurso público, com a consideração dos critérios ambientais como critério de avaliação, sempre que os mesmos estejam disponíveis na

Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas. Ao mesmo tempo, apresentar anualmente um relatório de sustentabilidade onde conste o ponto de situação de implementação das recomendações, para os municípios e empresas municipais;

- Revisão dos regulamentos municipais de forma a incluir conceitos como o de sustentabilidade, economia circular, entre outros, envolvendo as forças políticas com representação nos órgãos do Município e a população;
- Faremos depender junto das Entidades Intermunicipais e da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) o nosso acordo prévio ao nível da transferência de competências dos compromissos assumidos com o Município nas diversas matérias em que é chamado a pronunciar-se e iremos definir (nomeadamente aos apoios que serão canalizados para as Touradas, associativismo, isenção de IMI, entre outros)
- Garantir uma gestão transparente e independente da gestão dos procedimentos de recrutamento e seleção dos cargos dirigentes dos serviços municipais e dos/as gestores/as do setor empresarial municipal, de modo a assegurar um processo mais transparente e centrado na competência técnica ao invés da confiança política;
- Criar um regulamento municipal que enquadre e discipline, de forma consequente e eficaz, a actividade de lobbying junto dos órgãos municipais, assegurando a criação de um Registo Municipal de Transparência de Representação de Interesses e de Lobbies, assim

como um mecanismo de pegada legislativa municipal, que, relativamente a todas as propostas apresentadas ou apreciadas no âmbito dos órgãos municipais, identifique todas as consultas ou interações que influenciaram o conteúdo final da proposta;

- Definição de uma cultura de exigência na gestão dos recursos públicos;
- Garantir uma execução orçamental eficiente, seja do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano, seja dos fundos comunitários, através da implementação de ferramentas de execução eficazes;

Economia e Investimento Municipal

Para o PAN é muito claro que não pode haver desenvolvimento económico que não seja sustentável e que não respeite os limites do planeta. É por isso que defendemos que todas as propostas económicas têm de ter como pano de fundo uma garantia de sustentabilidade ambiental e, ao mesmo tempo, critérios de justiça social, intergeracional e de transparência, que fomentem o uso eficiente de recursos.

A Organização das Nações Unidas afirma que a atividade humana alterou todos os cantos do planeta, de terra ao oceano, e que, à medida que continuamos a invadir incansavelmente a natureza e a degradar os ecossistemas, colocamos em risco a saúde humana, salientando que 75% de todas as doenças infecciosas emergentes são zoonóticas, ou seja, vírus originários da transferência de animais para humanos.

A pandemia da Covid-19 veio demonstrar algo para o qual os cientistas nos alertaram há muito: que a nossa relação com a natureza, tal como está, é insustentável e expõe-nos a perigos de saúde e a custos económicos que

colocam em causa a vida como a conhecemos. Precisamos urgentemente de encontrar um ponto de equilíbrio que nos permita ter qualidade de vida sem hipotecar o futuro do planeta e das gerações vindouras.

Tendo por base este cenário, a aposta tem de passar pela preservação da biodiversidade e pela construção de pacotes de recuperação económica pós pandemia centrados nos investimentos verdes, como as energias renováveis, a eficiência energética, a definição de requisitos ambientais nas compras públicas, a oferta de transportes públicos e investimentos e políticas guiados pelos princípios de produção e consumo sustentáveis. Precisamos de assumir o compromisso com a transição para uma economia neutra em carbono - a chave para um futuro resiliente e sustentável.

A História tem-nos mostrado que depois de uma crise económica a tendência é a recuperação financeira a todo o custo, sem olhar a meios, o que constitui uma grande preocupação para o PAN. É por isso que acreditamos que o momento, sendo particularmente difícil, deve ser uma oportunidade de viragem.

Do ponto de vista económico, como já reiteradamente afirmado por entidades como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e o Banco Mundial, o custo de não reduzir emissões de gases com efeito de estufa é muito superior ao custo da redução de emissões, seja pelos custos de resposta às diferentes catástrofes provocadas pelas alterações climáticas, seja pelos custos da adaptação dos territórios às mesmas. Temos de alterar este paradigma económico em que vivemos, de lucro financeiro de curto prazo, para um paradigma económico de valor económico de longo prazo, um paradigma que reflita na economia o real valor dos bens e dos

recursos e, assim, possa permitir que as opções dos agentes económicos são as melhores para a humanidade e não para o seu lucro de curto prazo. A título de exemplo, no paradigma económico em que vivemos, o valor de uma floresta só aparece quando a madeira é cortada e vendida. E o valor da retenção do dióxido de carbono e da emissão de oxigénio, fundamental para a nossa vida, onde está?

Nesta perspetiva, e numa altura em que os Municípios serão chamados cada vez mais a assumir um papel que foi, até há bem pouco tempo, uma incumbência do Poder Central, o PAN alicerça a sua proposta na promoção de uma economia local ambientalmente sustentável, socialmente justa e transparente.

O PAN defende assim a promoção da economia local, que deve seguir critérios de sustentabilidade ambiental, mitigação e adaptação às alterações climáticas, preservação dos ecossistemas e biodiversidade e de justiça social.

Emprego

A precariedade das relações laborais continua a manifestar-se a nível municipal. Associada a baixos salários e a horários desfasados, a precariedade é um flagelo que tem de ser ativamente combatido, sendo que as autarquias devem ser promotoras de um conjunto de boas práticas para a contratação e gestão de capital humano.

A pouca oferta e precariedade dos empregos levam a que muitos habitantes procurem emprego fora da cidade levando mesmo à saída de pessoas do concelho.

- Definir um quadro de medidas que facilite a conciliação entre a vida familiar e profissional no município e nas empresas municipais;

- Instituir uma política de direito ao descanso e ao “desligar” dos/das funcionários/as do município e das empresas municipais;
- Celebrar contratos de trabalho sem termo sempre que as tarefas e competências não assumam caráter sazonal ou temporário;
- Apostar na qualificação e formação profissional, com ações de formação dirigidas aos empregadores/as para sensibilização e reforço de competências que lhes permitam promover a contratação de pessoas em situação de maior vulnerabilidade, como migrantes, jovens, pessoas em situação de sem-abrigo;
- Assegurar que a remuneração auferida, ainda que em regime temporário de estágio, no que respeita ao emprego jovem, é adequada ao trabalho prestado, devendo ser reforçados os incentivos para conversão de contratos de estágio em contratos definitivos

Indústria

A atividade industrial é um importante motor de desenvolvimento económico e de emprego local, contudo não se pode sobrepor ao maior desafio que a humanidade enfrenta: as alterações climáticas. O lucro de nada valerá se não existir a sociedade como a conhecemos.

Queremos um setor industrial moderno que esteja totalmente adaptado a uma produção responsável.

- Atribuir incentivos de fixação às indústrias ligadas à transição energética, às energias renováveis, à mobilidade sustentável, à alimentação sustentável e à promoção da economia circular;

- Criar uma plataforma municipal para as simbioses industriais, onde os “resíduos” de uma indústria poderão ser utilizados como “matérias-primas” noutras indústrias;
- Participar, até um limite máximo anual, a aquisição de estações de medição da qualidade do ar e de monitorização do ruído às empresas, bem como a aquisição de soluções de apoio à micro produção de energias renováveis, incluindo tecnologias de armazenamento de energias renováveis em pequena escala, para as empresas que assinem o compromisso municipal para a descarbonização.
- Exigir ao tecido empresarial mais proatividade para redução de consumismo desnecessário (dentro das empresas por exemplo: deixar ar condicionado ligado, um dia inteiro, numa sala vazia) e responsabilidade nos resíduos sólidos e recicláveis.

Comércio e Serviços

Se antes mesmo da crise sanitária provocada pela Covid-19 se exigia aos municípios a implementação de políticas públicas de defesa do comércio local, não apenas enquanto polo gerador de emprego mas também como fator de socialização e de dinamização do espaço municipal, agora, com todo o impacto negativo causado pela pandemia ao nível do comércio e serviços, resulta de forma ainda mais evidente essa necessidade.

Acreditamos que o executivo de Santarém cumpre um papel decisivo na proteção do pequeno comércio, principalmente por ser do comércio que a vitalidade do centro histórico depende, razão pela qual perspetivamos as seguintes propostas em defesa do mesmo:

- Isentar de taxas, nomeadamente as devidas para efeitos de afixação, inscrição, instalação e difusão de mensagens de publicidade e de ocupação do espaço público, durante o primeiro ano, as micro e pequenas empresas que se instalarem no centro histórico e, simultaneamente, fazer uma revisão em baixa dos valores devidos às empresas já implantadas no concelho;
- oferta de estacionamento para quem se desloca ao centro histórico para serviços ou compras, não só em épocas festivas.
- promoção do comércio local a partir de concursos que envolvam a participação de toda a população da cidade nomeadamente “concurso da montra mais bonita”, “concurso loja mais verde”,etc

Turismo

Portugal assumia-se, antes da crise sanitária, como um destino mundial de eleição para a prática do turismo, tendo em 2019 atingido o impressionante número de 27 milhões de turistas e ganhado o prémio de melhor destino europeu dos World Travel Awards. A Covid-19 veio, no entanto, demonstrar o quão frágil e volátil pode ser o setor do turismo - algo que tinha já sido visível quando o terrorismo e a instabilidade política afetaram dramaticamente os países do norte de África - e o quão errada pode ser a aposta pouco diversificada no setor. Paralelamente, e sendo inquestionáveis as vantagens que a procura por Portugal trouxe, nomeadamente ao nível da economia, foram igualmente vários os efeitos nefastos potenciados pela falta de planeamento, tanto ao nível da pressão urbanística, com consequências para a habitação, como ao nível do ambiente, com impacto nos ecossistemas.

Apostar no nosso turismo religioso

potenciar um turismo de arvoredo e ecológico (construção de fontes para refrescar) e tornar Santarém numa cidade única em Portugal pela sua quantidade de árvores, bosques de Miyawak, fontes com ciclos circulares de água em jardins fechados ou com árvores, que leve as pessoas a sair à rua

- Criar o programa “Turistas para a troca”, um programa direcionado a outras autarquias, de criação de sinergias e relações institucionais, com o qual procuraremos incentivar o turismo nacional através de políticas bilaterais de partilha de turistas;
- encurtar as distâncias dentro da cidade nomeadamente entre a Ribeira de Santarém e Santarém com a construção de um elevador pendular na Calçada de Santa Clara, permitindo que turistas possam visitar a nossa cidade recorrendo à via férrea e aceder fácil e rapidamente ao centro e vice-versa
- Participar ativamente na definição e implementação do plano regional de turismo a nível sub-regional, defendendo a promoção de um turismo sustentável, responsável e diversificado.

Agricultura e Florestas

Para o PAN é muito claro que o desenvolvimento da agricultura deve centrar-se em projetos que promovam a soberania alimentar, através da defesa e desenvolvimento da produção nacional, local, de proximidade, do tipo biológico, com baixa intensidade na utilização de produtos químicos e de água. A aposta neste tipo de agricultura defende, quanto a nós, não apenas os pequenos produtores e o ambiente, como também a estratégia de

adaptação às alterações climáticas, tendo em conta a progressiva escassez de água que o país vai enfrentar.

- Criar campanhas de defesa do consumo de produtos locais, sazonais e biológicos, a serem levadas às escolas do concelho e divulgadas nos principais meios de comunicação locais e nos canais de comunicação da Autarquia;
- Assegurar que os eventos institucionais da Autarquia que contemplem serviço de catering contêm produtos de produtores locais, através da consagração dessa exigência no caderno de encargos;
- Fazer constar nos contratos-programa celebrados com o movimento associativo que prestem serviços de alimentação, uma cláusula de incentivo ao consumo local que permita premiar as associações que optem por se abastecer nos produtores do concelho;
- Implementar uma redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) às explorações agrícolas com culturas que requeiram baixa utilização de recursos hídricos;
- Criar o prémio municipal de sustentabilidade alimentar, no valor de 25.000,00€, que reconhecerá os produtores horto-frutícolas que melhor implementem práticas agrícolas éticas e sustentáveis, que respeitem os princípios da agricultura biológica.

No que respeita à floresta, consideramos ser urgente adaptá-la à nova realidade climática que vivemos. Sabe-se hoje que nunca venceremos os incêndios no combate, apenas na sua prevenção. Nesse sentido, são fundamentais o reordenamento florestal e a aposta em espécies autóctones mais resistentes aos incêndios, assim como a criação de mecanismos de

remoção de obstáculos ao redimensionamento de parcelas para a gestão florestal e criação de incentivos aos serviços dos ecossistemas pela aposta em espécies com impactos ambientais positivos.

- Criar um programa municipal de incentivo à transformação da floresta que fomente a substituição de espécies invasoras, espontâneas ou plantadas pelo ser humano num registo de monocultura, por espécies autóctones e mais resistentes aos incêndios florestais, no seguimento da transição da floresta municipal;
- Conceder incentivos financeiros a entidades que promovam a gestão florestal através da maximização das parcelas a gerir, como sejam a atribuição de um valor pecuniário fixo por hectare;
- Adquirir biotrituradores a serem colocados ao dispor dos munícipes proprietários que queiram transformar os resíduos verdes florestais em biomassa;
- Articular com os proprietários a recolha de biomassa residual de limpeza florestal para aproveitamento do município, sempre que os mesmos não pretendam utilizá-la, evitando assim a realização de queimadas e aumentando a reutilização do produto.

Empreendedorismo, inovação e responsabilidade social e ambiental

- Criar, em parceria com as instituições do ensino superior e de maneira a transformar o município num Município do Bem Comum, programas de incentivo ao empreendedorismo social, que estimulem a implementação de modelos de negócios capazes de pensar o território e definam prioridades que contribuam para o desenvolvimento socioambiental e sociocultural das comunidades locais;

- Criar o Gabinete “Investir Positivo”, um gabinete de captação de investimento em áreas entendidas pelo PAN como estratégicas, como sejam as das alterações climáticas, da tecnologia, da mobilidade e da alimentação;
- Incentivar a adesão a programas de Economia Social e Solidária, assim como ao uso de Moedas Sociais Locais, experimentando novos modelos sócio-produtivos e sistemas alternativos de consumo, comércio e crédito, promovendo uma Economia do Bem Comum.

E porque o modelo extrativista-produtivista do «extrair-fabricar-descartar» é simplesmente inoportável considerando o caráter finito de muitos recursos naturais, incentivamos as ideias e negócios que adotem medidas que prolonguem a vida dos produtos e materiais atento o desígnio que se impõe da promoção de uma economia circular.

- Criar o Espaço Reutilizar +, um armazém municipal que funcionará como plataforma de consciencialização para a reutilização e que receberá produtos usados que ainda tenham utilidade, fazendo a sua gestão para que possam ser levantados por quem deles necessite;
- Criar, em articulação com as escolas profissionais do concelho e com as empresas ligadas ao tratamento de resíduos elétricos e eletrónicos, um centro de reparação de produtos que possibilite a renovação de produtos que serão, posteriormente, cedidos gratuitamente às associações e instituições de solidariedade locais;
- Disponibilizar espaços municipais com rendas acessíveis ou mesmo gratuitas, por períodos de três a cinco anos, a cidadãos/ãs e empresas

que tenham projetos relacionados com a implementação de uma economia circular.

Mobilidade e Vias de Comunicação

No que diz respeito ao tema da mobilidade, o PAN defende uma mobilidade ativa, sustentável e eficiente, tendo como foco os transportes públicos e a mobilidade suave (caminhar, bicicletas e transportes públicos), intermodal e inclusiva, garantindo condições de acessibilidade (para toda a população, incluindo as pessoas com dificuldade de mobilidade, idosos, jovens e crianças) e uma eficiente conectividade interna (local) e externa (regional).

Durante vários anos, apostar na mobilidade significava geralmente investimentos na circulação automóvel. Sabe-se hoje que aumentar o número de estradas e túneis no acesso às cidades não melhora o congestionamento do tráfego mas, pelo contrário, promove o aumento do número de veículos particulares nos centros urbanos.

O PAN defende um modelo de mobilidade que permita devolver a cidade às pessoas, onde afasta o automóvel do centro da cidade, privilegiando a utilização do transporte público, dos meios de mobilidade suave e a partilha de veículos, libertando o espaço urbano para espaços verdes, de lazer e de convívio, para uma nova forma de mobilidade, assente na criação de percursos pedonais, ciclovias seguras, transportes de qualidade e estacionamento nas entradas da cidade.

Porque as cidades ganham vantagens em ter pessoas nas ruas e não veículos e porque a acessibilidade para todas/os promove maior bem-estar e igualdade social!

Uma grande parte da população portuguesa habita nos subúrbios das cidades e fora das grandes metrópoles, sendo que nesses casos chega a ser um desafio circular dentro do próprio município e entre os vários municípios, ao contrário do que se verifica na maioria das cidades europeias, cidades onde as infraestruturas estão mais próximas dos/as habitantes.

A mobilidade universal dos/as cidadãos/ãs é um direito ao bem-estar e um fator de combate às desigualdades. Para ser sustentável, este combate deve proporcionar níveis adequados de mobilidade no presente sem comprometer as condições de mobilidade das futuras gerações.

O PAN defende que a mobilidade é essencial e deve fazer parte do processo de mitigação e adaptação às alterações climáticas. Com a crise sanitária causada pela Covid-19, despertamos para a importância de um ambiente e estilo de vida saudáveis, razão pela qual é hoje ainda mais importante diminuir a poluição dos solos, das águas, visual e sonora provocada pelas deslocações. Este objetivo é alcançado através de estratégias de gestão de mobilidade urbana, procurando que as curtas distâncias sejam percorridas a pé, de bicicleta ou transporte municipal e as grandes distâncias em transporte público intermunicipal ou automóvel, o qual pode ser partilhado.

Paralelamente, importa também fazer uma melhor conciliação com práticas que reduzam a necessidade de deslocações, como seja a promoção do teletrabalho.

E porque a mobilidade que pretendemos não afasta as pessoas, convidando-as antes a participarem na mudança, importa também garantir que os/as utentes não ficam impossibilitados de se fazerem acompanhar pelos seus animais de companhia na circulação em transportes públicos, seja em momentos de lazer, socialização ou para assegurar as necessidades do próprio animal, sempre com total respeito pelas regras higieno-sanitárias e de segurança.

A autarquia deve, assim, concentrar esforços no sentido de:

- 1) Manter as cidades compactas;
- 2) Conceber as ruas pensando prioritariamente em quem circula por via pedonal, modos suaves de deslocação, pessoas idosas e animais e não nos veículos particulares;
- 3) Investir em transporte público de qualidade, seguro, acessível, conveniente e eficiente;
- 4) Criar rotundas inteligentes, iluminação e mecanismos que ajudem no combate à sinistralidade;
- 5) Elaborar e implementar um [Plano de Mobilidade Urbana Sustentável](#), seguindo os princípios de priorização dos modos ativos e coletivos de deslocação para a redução da dependência do automóvel;

- 6) Estabelecer mecanismos para garantir a participação pública nas ações do município com impacto na mobilidade urbana, com acompanhamento das diversas etapas dos processos de planeamento e gestão quotidiana do município;
- 7) Disseminar medidas físicas e de gestão para reduzir o tráfego e o risco rodoviário, especialmente em zonas residenciais, centros urbanos e outros locais onde utilizadores/as vulneráveis convivam com veículos motorizados;
- 8) Promover ações para garantir infraestrutura para deslocação de peões, com passeios e passadeiras amplas, acessíveis e seguras;
- 9) Privilegiar a existência de praças e sítios de estadia, e o uso do espaço público na vida das comunidades a partir da colocação de fontenários com ciclos de água circular que refresquem e arvoredo para sombra e purificação do ar
- 10) Retornar aos sistemas de bicicletas partilhadas e incentivos à compra e deslocações em bicicleta nomeadamente para comunidade escolar

Cidades mais saudáveis, seguras, resilientes e sustentáveis

- Aumentar significativamente a área pedonal das cidades;
- Garantir a continuidade dos passeios, eliminando os “vazios” nos percursos pedonais, com especial incidência nas ligações entre zonas da cidade e junto das grandes infraestruturas,

- instalar bebedouros na cidade, criando ainda instalações sanitárias públicas em mais locais da cidade para melhoria das condições de fruição da mesma;
- Promover locais de qualidade e conforto, com sombra, nas paragens de autocarro;
- Implantar mobiliário urbano nos espaços públicos: bancos de descanso, zonas verdes, aproveitando antigos lugares de estacionamento para promover o convívio e o usufruto do espaço público;
- Promover uma plataforma municipal de competição saudável entre freguesias/bairros/ruas, para saber qual a zona mais “amiga das pessoas” através de vários critérios: poluição, limpeza, reciclagem, qualidade dos espaços verdes, do espaço público, do transporte público, com o objetivo de atribuir uma medalha municipal de “eco rua”;
- Garantir o efetivo cumprimento do Decreto-Lei n.º 163/2006, que aprova o regime da acessibilidade, na criação de percursos para mobilidade reduzida das periferias ao centro da cidade;
- Utilizar em novas obras públicas pavimentos que não produzam ruído;
- Alargar os passeios em zonas de grande tráfego pedonal, criando percursos mais eficientes;
- Sensibilizar pessoas e empresas para as vantagens de adotarem soluções de mobilidade consciente, proporcionando ações de formação, workshops e consultoria gratuita;

- Reutilizar antigas linhas férreas ou zonas devolutas para criar percursos pedonais e cicláveis;
- Criar percursos mistos, pedonais e cicláveis, com pavimentos adequados;
- Implementar projetos piloto de uma estratégia de mobilidade de forma a apurar a sua viabilidade.

Eixos cicláveis

- Realizar um estudo de avaliação das falhas nas ciclovias existentes, tendo em vista a devida correção e adaptação;
- Implementar ciclovias dedicadas e independentes dos restantes transportes, preferencialmente unidireccionais (uma em cada sentido);
- Utilizar materiais reciclados ou ecológicos na execução das ciclovias;
- Adotar soluções construtivas de ciclovias que proporcionem maior segurança e conforto, motivando a utilização deste transporte individual;
- Promover e publicitar os trajetos das ciclovias para os/as utilizadores/as saberem da sua existência.
- Renovar de forma progressiva a frota a gasóleo e substituí-la por frota elétrica e outras tecnologias ambientalmente sustentáveis;
- Garantir a existência de interfaces entre diferentes tipos de transportes públicos;

Estacionamento Público

- Criar estacionamento gratuito para carros elétricos em parques periféricos e benefícios para carregamentos com cartões da autarquia

- Criar lugares de estacionamento seguros para bicicletas, incluindo a instalação de racks, junto a interfaces de transportes públicos, grandes superfícies comerciais e vias de comércio local,

Circulação Rodoviária

- Promover campanhas de sensibilização locais alertando para os perigos do excesso de velocidade;
- Instalar semaforização com sinais sonoros destinados a auxiliar pessoas com deficiência visual e utilização no pavimento e na conceção dos espaços públicos de boas práticas adequadas à inclusão de todas as pessoas;
- Implementar sistema de semaforização que se regula com a intensidade do tráfego - semáforos com luzes led 3D, com captação de luz solar, sincronizados com a prioridade e tráfego de trânsito assim como temporizadores decrescentes
- Criar eixos estratégicos nas entradas municipais com estacionamento periférico e ligação à cidade em transportes de alta qualidade nomeadamente, recurso ao CNEMA para estacionamento (à exceção da feira da agricultura) e ligação de transportes públicos de alta qualidade e recorrentes ao centro.

Mobilidade Elétrica

- Promover a circulação de viaturas elétricas, criando mecanismos de diminuição gradual da circulação de viaturas movidas a combustíveis fósseis;

- Possibilitar o carregamento de veículos elétricos através dos postes de iluminação pública, junto a zonas de estacionamento automóvel, para carregamentos lentos, mediante a utilização de um cartão de carregamento municipal;
- Substituir a frota municipal e de empresas municipais por veículos elétricos.

Cultura e Valorização Artística

Na esperança de que a cultura, as artes e a imaginação sejam o motor de novas formas de pensar e de reinventar as comunidades locais, em especial após a crise pandémica, trazemos como principal desafio a possibilidade de consolidar um movimento onde seja possível ancorar novas e velhas vontades, paisagens culturais comuns, polos de economia criativa e competências locais de intervenção e desenvolvimento.

Neste programa assumimos o objetivo de delinear um ideário PAN para a cultura, a qual não deve ser meramente chão de recreação e de entretenimento. A cultura, a valorização artística e a paisagem são acima de tudo intervenções críticas, que nos levam a questionar o “eu” e a nossa envolvente partindo do que constitui a região ou local. Queremos que a cultura, a valorização artística e a paisagem deixem de ser entendidas como um consumo não essencial. Queremos um Portugal onde a cultura, a valorização artística e paisagem e os/as seus/suas agentes e intermediários/às sejam vistos/as como fundamentais.^[5]

Assim, propomos a intervenção em duas grandes áreas de influência:

1. A dinamização e o desenvolvimento cultural e artístico, vistos como a causa essencial;
2. A intervenção pela via do intermunicipalismo cultural e artístico, através da criação de redes com vista à alavancagem desses setores.

O acesso à cultura, às artes, à paisagem e ao património cultural edificado é um direito à memória - que nos representa e nos convoca - sendo paralelamente a afirmação de uma mudança, pois é através da cultura que teremos um elo de ligação ao longo do país: um fio condutor entre a saúde, a cidadania, a educação, o trabalho, a mobilidade, as cidades, o ambiente, o quotidiano. A cultura é tudo isto e mais ainda.

Na senda de unir os/as munícipes e as entidades em torno de projetos autárquicos, o PAN propõe congregar a Escola, as Artes e a Cultura, pois estas não devem mais caminhar separadas, facilitando a autonomia emocional e crítica nos públicos pela cultura e pelas artes, não esquecendo nunca o património natural, material e imaterial ancorado localmente. ^[6]

Educação cultural e formação de públicos ^[7]

Para que cada pessoa tenha autonomia emocional e crítica relativamente àquilo que assiste e observa, devemos promover o aumento da compreensão crítica, da capacidade de se emocionar e de sentir, através das artes e da cultura, garantindo ainda uma maior interligação entre quem produz e quem

observa, completando deste modo o exercício criativo, independentemente do tempo, pois a arte, a cultura e, até, o património, não são isentos de conexão com os seus públicos, pelo que deverão integrar quem observa. Acresce que a cultura e as artes necessitam da provocação do olhar (atento e autónomo) de quem observa, dando lugar a uma pedagogia de espetadores e amantes da arte, com o objetivo maior de a todos e todas inserir na inquietação do processo criativo, promovendo assim uma programação cultural variada e heterogénea, dirigida a vários segmentos de público.

Assim, propomo-nos a:

- Facilitar o gosto pela apreciação estética e a reflexão crítica perante as mais diversas manifestações da cultura e das artes, na ótica da pedagogia do/a espectador/a ^[9];
- Dinamizar ofertas criativas com vista à captação de públicos;
- Dignificar todos os/as agentes das artes e da cultura, sem esquecer os/as seus/suas intermediários/as, fomentando uma maior aproximação de todos e de todas a estas linguagens, a um nível local, intermunicipal ou, mesmo, regional.

Criação de círculos de debate

- Envolver a escola pública, privada, cooperativa e outras através de parcerias institucionais no processo de formação e ativação de públicos e espetadores, e no seguimento do projeto Eco-escolas que foi alvo de adesão por parte de alguns agrupamentos de escolas de santarém;

- Agilizar espaços de expressão cultural e artística de raiz regional criando, deste modo, condições para a autonomia crítica e emocional das populações locais e, conseqüentemente, maior interesse pela descoberta destas áreas de intervenção;

Rede intermunicipal na defesa da memória das migrações e interculturalidade

O PAN salienta a necessidade de integrar os que saem e os que entram - emigrantes e imigrantes - e por isso propomo-nos valorizar a representação da cultura de uma região através das suas migrações, fazendo, deste modo, jus à cultura como elemento de integração das nossas comunidades no exterior, assim como daquelas que por cá se vierem a instalar. Encaramos a cultura como um fator de integração e, ainda como razão de atração populacional.^[19]

Iremos, então, implementar, no âmbito anteriormente referido, uma rede multidisciplinar dedicada à Memória dos Movimentos Migratórios, com espaços físicos e digitais/online.

Plano estratégico para o pelouro da cultura

Iremos desenvolver um Plano Estratégico para o pelouro da Cultura, de longo prazo, alinhado com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos na Agenda 2030 pela ONU (2015), adotados por 193 países, utilizando os indicadores temáticos para o desenvolvimento sustentável aí definidos. Desta forma, a cultura local irá constituir-se como um contributo

para alcançarmos os ODS, convergindo para as causas que o PAN tem vindo a defender e para os pilares da referida Agenda 2030, salientando-se o foco no planeta, nas pessoas, na paz e na prosperidade.

A implementação de uma cultura de práticas verdes na intervenção artística e cultural

Uma cidade e uma região comprometidas com o futuro (ecologia) terão de pugnar pela defesa e implementação local de práticas sempre mais verdes. Deste mesmo modo, também os agentes culturais e artísticos terão de deixar uma pegada ecológica mais consciente, diminuindo, nesse propósito, o impacto ambiental no seu exercício.

Iremos promover que, partindo do entorno local, o agente cultural e artístico se torne também ele promotor da mudança e a matriz da transição necessária, com vista à observação das causas PAN.

Coesão social, intercultural e combate ao racismo

Para o PAN os municípios desempenham um papel importante na integração de todas as pessoas, nomeadamente das pessoas que escolhem o nosso país para viver.

- Criar um gabinete dedicado a situações de migração, promovendo a integração destas pessoas, elucidando sobre diversos aspetos relacionados com a cidadania e apresentando de forma clara todas as

ferramentas que têm à sua disposição para aceder a oportunidades e estabilidade;

- Elaborar/Atualizar o Plano Municipal para a Integração de Migrantes - PMIM, assumindo um papel dinamizador na integração a nível local e na gestão dos fluxos migratórios;
- Implementar estratégias de mediação que garantam a relação, linguagem e compreensão das especificidades dos diferentes grupos e suas necessidades, nomeadamente através da criação da figura do/da Mediador/a Comunitário/a e Intercultural ou de um Serviço de Mediação Cultural (verificar se já existe), bem como a integração de pares a nível municipal, reconhecendo os/as representantes das comunidades e criando canais de comunicação estáveis e frequentes entre eles/elas e os diferentes representantes do município;
- Criar cursos português a nível municipal (ou das Juntas de Freguesia ou ambos), em articulação com as entidades no terreno, de forma a perceber as necessidades, língua materna, horários, entre outras especificidades, procurando dotar as pessoas não só do português básico mas até ao domínio da língua como forma de integração e facilitadora do exercício de direitos, de acesso a serviços, ao emprego e à formação;
- Pugnar por maior controle e alerta para situações de trabalho forçado, tráfico humano e escravatura e criar departamento municipal de integração destas pessoas na sociedade
- Promover a integração de todas as diferentes culturas nos centros de discussão e decisão da comunidade, dando-lhes voz, nomeadamente

através da criação de assembleias comunitárias, com o apoio na rede existente no terreno, como associações e organizações comunitárias onde os membros da comunidade possam conviver, discutir problemas e soluções, e definir o rumo que pretendem para a comunidade. Sempre que solicitado e pertinente, devem os/as decisores/as políticos/as fazer-se representar nestas assembleias;

- Financiar ou promover programas dirigidos a mulheres migrantes e que incluam migrantes como membros integrantes das equipas;
- Criar ou financiar aulas de legislação para a população desconhecadora dos seus direitos, nomeadamente sobre igualdade, direitos e deveres globais, a quem podem recorrer, quais os mecanismos de prevenção de mutilação genital feminina, casamentos/uniões forçadas, infantis e precoces;
- Disponibilizar a tradução rigorosa dos conteúdos do site do município e do resumo das principais decisões dos órgãos municipais para a língua das principais nacionalidades dos/das habitantes estrangeiros/as do município.

A promoção do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as pessoas “sem distinção de raça, sexo, língua ou religião” está consagrada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada a 10 de Dezembro de 1948.

No PAN rejeitamos a discriminação e todas as formas de violência. Comprometemo-nos a combater o racismo, a discriminação racial e a

xenofobia. Defendemos o respeito, a interculturalidade, a tolerância e a empatia.

- Promover ações de sensibilização contra o racismo e a discriminação de minorias étnico-raciais;
- Estabelecer um plano de formação obrigatória contra a discriminação racial e xenofobia para todos/as os/as funcionários/as do município e empresas municipais, considerando ações específicas para decisores/as políticos/as e detentores/as de cargos públicos de chefia (da saúde, administração local, educação);
- Apoiar as organizações não governamentais que trabalham no combate à segregação;
- Promover campanhas de sensibilização nas escolas de desconstrução dos conceitos de raças e de estrangeiros/as, que promovam o respeito por todas as pessoas enquanto seres humanos;

Justiça na Esfera Autárquica

O PAN luta por uma maior democratização e facilitação no acesso à justiça a todas as cidadãs e cidadãos através da sua desmaterialização e na capacitação dos/das seus/suas profissionais. A justiça carece de respostas céleres e claras.

- Proceder ao apoio e reforço das equipas da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, bem como à provisão e garantia de instalações adequadas;

Pessoas LGBTI

Quando falamos dos direitos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (LGBTI) falamos de direitos humanos basilares e inquestionáveis para todas as pessoas. No entanto, as pessoas LGBTI experienciam diversas dificuldades no seu quotidiano fruto de discriminação, nomeadamente em contexto escolar, no desporto, nos locais de emprego, no acesso aos serviços de saúde, entre outros.

Para o PAN urge desmistificar os tabus referentes às questões de género e das sexualidades denominadas não normativas e esclarecer sobre a inconsistência dos preconceitos, os quais não podem continuar a ser tolerados e aceites. Os municípios têm de ser locais de diversidade, tal como se têm vindo a construir ao longo da História.

- Promover, através do município, em parceria com a academia e as organizações não governamentais existentes no território, um inquérito sobre pessoas lésbicas, gay, bissexuais, trans, intersexo e ainda pessoas não binárias e de género não conforme, que vise o conhecimento da população sobre esta temática, bem como a sua sensibilidade para questões como discriminação, violência, entre outras;
- Elaborar, através do município, o Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais, dando corpo à territorialização prevista na [Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 \(ENIND\)](#) «Portugal + Igual», publicada em Diário da República (Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio);

- Instar o município a aderir à Rede de Cidades Arco-Íris, assumindo a sua responsabilidade no combate à discriminação da comunidade LGBTI;
- Realizar campanhas de sensibilização sobre a temática LGBTI que refiram expressamente os diversos tipos de discriminação, a sobreposição das discriminações e esclareça sobre as questões referentes à sexualidade humana e suas esferas;
- Realizar campanha de esclarecimento das famílias sobre as questões LGBTI na busca de prevenir e erradicar o preconceito e a violência contra crianças LGBTI;
- Promover a capacitação e financiamento das associações promotoras da defesa e dos direitos das pessoas LGBTI, garantindo apoios estáveis que permitam que os projetos tenham estabilidade e continuidade;
- Alocar verba específica no orçamento municipal para as questões LGBTI, discriminando os programas e os recursos alocados a cada um;
- Promover a integração das pessoas LGBTI migrantes e requerentes de asilo e realizar intervenções em comunidades de migrantes sobre esta temática;
- Criar um espaço municipal de atendimento à vítima, Espaço Gisberta, com o objetivo de uma intervenção integrada direta na área da violência e também na área LGBTI.

Pessoas com Deficiência

As pessoas com deficiência têm direito à dignidade inalienável, à igualdade de tratamento, a uma vida independente, à autonomia e à plena participação

na sociedade, sendo a acessibilidade um instrumento para o usufruto integral dos seus direitos. O PAN apresenta um conjunto de medidas com as quais pretende combater a discriminação, a exclusão e os preconceitos que as limitam ou impedem a sua integral participação na sociedade.

- Realizar interpretação simultânea em Língua Gestual Portuguesa em todas as sessões de câmara públicas e em todas as sessões da Assembleia Municipal, nomeadamente nas transmissões através da Internet;
- Implementar a assistência permanente de um técnico de Língua Gestual Portuguesa em todas as iniciativas da autarquia;
- Publicar um relatório anual que demonstre a evolução da contratação de pessoas com deficiência nos serviços municipais, nos serviços que se encontrem sob a sua gestão, nas escolas e nas empresas onde o município participe, contendo dados quanto ao número de pessoas com deficiência que se candidatam e as que são admitidas;
- Criar apoios específicos para crianças com deficiência ou doença crónica e para os/as seus/suas cuidadores/as, garantindo que mesmo em contexto pandémico e/ou de confinamento as suas terapias e tratamentos não recuam, nomeadamente através do fornecimento de equipamentos digitais para que as consultas se mantenham;
- Priorizar habitação municipal para as pessoas com deficiência e/ou para agregados familiares com pessoas dependentes com deficiência, devendo o município dispor de um leque de imóveis adaptados às distintas necessidades;

- Adaptar todos os parques infantis e juvenis para que se tornem inclusivos e permitam a sua utilização por crianças e jovens com deficiência;
- Desenhar um conjunto de medidas para promoção e apoio ao nível comunitário e local da vida independente das pessoas com deficiência e das suas famílias;
- Criar um banco municipal de produtos de apoio para pessoas com deficiência ou com incapacidade, permanente ou temporária, por meio de empréstimo, mediante a avaliação das necessidades e dos produtos mais adequados, em complemento ao programa da Segurança Social de Produtos de Apoio para Pessoas com Necessidades Especiais;
- Pugar pela isenção de pagamento de transportes públicos a pessoas com deficiência;
- Sensibilizar, dentro e fora das estruturas autárquicas, para a importância do “desporto adaptado”, vocacionado para pessoas com deficiência(s) e/ou diversidade funcional, incentivando parcerias com várias instituições, incluindo o desporto escolar;
- Criar infraestruturas de desporto adaptado e realização das obras necessárias para que em todos os equipamentos existentes (municipais e privados) sejam de possível o acesso e a frequência por pessoas com deficiência(s) e/ou diversidade funcional.

Desigualdade de Género e Violência Doméstica

Em pleno séc. XXI as mulheres continuam a ser discriminadas com base no género e esta desigualdade, que está enraizada no nosso quotidiano, espelha-

se nas mais diversas dimensões da nossa sociedade, desde o mundo laboral à esfera familiar e social.

A COVID-19 veio mostrar e agudizar esta realidade, uma vez que são as mulheres quem tem os empregos mais precários e auferem rendimentos mais reduzidos. As famílias monoparentais são também maioritariamente matriarcais, sendo ainda as mulheres quem, por norma, desempenham o papel de cuidadoras. Aqui importa igualmente não esquecer as vítimas e sobreviventes de violência doméstica, que tiveram de conviver com o agressor debaixo do mesmo teto 24 sobre 24 horas durante os períodos de confinamento.

A violência doméstica consubstancia um dos fenómenos criminológicos com maior grau de incidência na sociedade portuguesa, correspondendo a uma realidade transversal a todos os grupos sociais e faixas etárias. Este flagelo impacta aquela vida para sempre, e a dos/das seus/suas filhos/as e de toda a família, razão pela qual o PAN defende ser essencial o combate à discriminação de género e o alcance da igualdade entre mulheres e homens. É fundamental que se aposte na educação e formação das cidadãs e cidadãos, educando para um futuro feminista, igual e justo.

O PAN incita todas as autarquias a defender a eliminação de todas as formas de violência e de discriminação, nomeadamente a exercida sobre meninas e mulheres. Assim, apresentamos um conjunto de medidas que incluem a sensibilização da sociedade, o empoderamento de meninas e mulheres e a prevenção e combate à violência existente na nossa sociedade,

nomeadamente para prevenir e combater a violência de género e as práticas tradicionais nefastas, como a mutilação genital feminina e os casamentos/uniões infantis, precoces e forçados, não esquecendo que são igualmente formas de violência de género o assédio sexual, a violência física, psicológica e sexual, incluindo violação, o aborto forçado e a esterilização forçada.

Igualdade

- Elaborar ou concluir o Plano/Estratégia Municipal da Igualdade e apresentar o mesmo à Assembleia Municipal até ao final do 1.º Semestre do ano de 2022
- Elaborar os Planos Municipais para a Igualdade entre Mulheres e Homens, para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica e para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais;
- Promover a igualdade de género em empresas privadas e institutos, criando prémios, distinções ou “selos” municipais de boas práticas;
- Elaborar o orçamento do município sensível ao género, com o objetivo de ter em consideração as dotações financeiras destinadas a políticas locais de atenuação das desigualdades entre mulheres e homens e o impacto das políticas municipais;
- Dinamizar, por parte do município, ações de sensibilização junto da comunidade escolar, de empresas e de instituições relativas à temática

da igualdade, da igualdade de género, de violência doméstica, sobreposição de discriminações e respeito pela diversidade existente na sociedade;

- Desenvolver um programa “Cidade segura para as meninas e mulheres”, diretamente ligado aos espaços urbanos e ao planeamento, bem como à prevenção primária, com o envolvimento das organizações da sociedade civil como parceiras.

Violência

- Financiar programas dirigidos à comunidade escolar de prevenção e sensibilização para as distintas formas de violência, bem como para a violência de género (abuso e violência sexual, práticas nefastas, violência doméstica, entre outras);
- Criar/Aumentar o número de respostas habitacionais para vítimas/sobreviventes de violência doméstica e de género, não só de emergência e temporárias, mas também de médio e longo prazo, apoiando os processos de autonomização;
- Estabelecer com outros municípios do País uma bolsa de apartamentos de autonomização, de curto, médio e longo prazo, em fogos municipais, com arrendamento acessível mediante a análise de cada situação, criando protocolos para a disponibilização de habitações entre os municípios, apoiando a autonomização da vítima/sobrevivente de violência doméstica e de género noutra localidade, quando tal faça parte do processo decidido pela mesma;

- Priorizar alojamento a mulheres e a pessoas vítimas/ sobreviventes de violência doméstica e de abusos sexuais em situação iminente de ficarem em situação de sem-abrigo;
- Garantir que as habitações atribuídas às vítimas/sobreviventes de violência doméstica e de género permitem a permanência de animais de companhia;
- Providenciar um espaço para que, logo após a denúncia, as vítimas/sobreviventes de violência doméstica possam pernoitar em segurança com a sua família e animais de companhia, assegurando-se a sua efetiva proteção;
- Assegurar a inclusão da necessidade de acolhimento dos animais de companhia nos Planos Municipais contra a Violência Doméstica, com vista a acautelar que a vítima evite adiar a sua saída de casa por receio de deixar o animal de companhia para trás;
- Criar, por parte da autarquia, um programa específico para o apoio a crianças e jovens que residam em ambiente familiar em coocorrência de violência doméstica e crimes contra animais de companhia, de modo a proporcionar-lhes uma interação positiva com animais (e.g. terapias assistidas por animais, voluntariado supervisionado em associações de proteção animal, observação in situ de treino comportamental canino), fomentando uma aprendizagem baseada na negação da violência, dado que a relação positiva com o animal poderá ajudar a sanar os traumas causados pela exposição à violência e prevenir a instalação de quadros psicopatológicos graves (e.g.

perturbação de personalidade anti-social), das quais a crueldade contra animais pode ser parte integrante;

Envelhecimento

Vivemos numa sociedade cada vez mais envelhecida, onde as pessoas idosas ainda são alvo de atitudes discriminatórias, de desrespeito e, muitas vezes, de negligência e violência. Mas os direitos humanos não têm validade e no PAN entendemos que é essencial mudar este paradigma para que as pessoas possam efetivar os seus direitos e viver uma vida saudável, completa e feliz, independentemente da sua idade.

Paralelamente, é necessário preparar as pessoas para a saída da vida ativa, para o seu próprio envelhecimento e de quem lhes é próximo/a. É igualmente crucial promover o envelhecimento ativo, processo que começa com a prevenção da doença ao longo da vida, com hábitos e comportamentos saudáveis. Assim, entendemos que o município pode e deve ter um papel importante na qualidade de vida das pessoas idosas, em articulação com entidades públicas e privadas, promovendo políticas que lhes permitam viver de forma autónoma o máximo de tempo possível, e ainda o patrocínio e suporte a organizações não governamentais que trabalhem com esta faixa etária, a centros de dia, centros de convívio, de férias e lazer e, através da criação de apoios para cuidadores/as formais e informais, acautelando que as estruturas residenciais garantem o cuidado adequado.

- Elaborar uma estratégia municipal para o envelhecimento ativo e saudável;
- Criar, por parte da autarquia, uma equipa de missão específica de acompanhamento e apoio à área do envelhecimento;
- Desenhar programas para promover o convívio intergeracional (e.g. como o programa tenho um/a avô/avó) e/ou formação em voluntariado para aproximação dos/das jovens às pessoas mais velhas, numa cooperação e solidariedade entre diferentes gerações;
- Financiar iniciativas intergeracionais e apoio na divulgação dos projetos (por exemplo, A Avó Veio Trabalhar);
- Adaptar os cursos das universidades sénior a vários níveis de formação dos/das alunos/as, procurando ir ao encontro dos interesses de novos públicos, valorizando a criatividade, a iniciativa e a experiência de cada pessoa;
- Promover ações de formação a pessoas idosas para aquisição de competências no uso de tecnologias digitais;
- Criar um programa que permita a distribuição de equipamento informático pelas instituições e pelas pessoas idosas economicamente vulneráveis que vivem sozinhas;
- Implementar a figura do “assistente municipal para a pessoa idosa” com o objetivo de apoiar, acompanhar ou realizar tarefas diversas, como ir às compras, passear animais, ir à farmácia, fazer companhia ou pequenas reparações. Este programa deve ser composto por pessoas em regime remunerado e em regime de voluntariado com a adequada formação;

- Criar equipas multidisciplinares que acompanhem as pessoas mais velhas, nomeadamente em situação de pobreza, exclusão e isolamento, de forma a acionar de forma integrada e paralela os mecanismos pré-existentes a nível local e nacional, como prestações sociais, apoios na doença e na deficiência, entrada para estruturas residenciais adequadas, documentação, garantia de acesso aos serviços de saúde, apoio psicológico, ligação a serviços de voluntariado, entre outros;
- Criar um conjunto diversificado de equipamentos de residências alternativas para as pessoas idosas quando já não for possível permanecerem no seu lar, com um valor de renda definido mediante os rendimentos mensais de cada pessoa e com distintos graus de assistência, com a possibilidade de levarem consigo o seu animal de companhia, seguindo diversos modelos como, por exemplo, as “Repúblicas”, que já foram experimentadas noutros países, como no Brasil e em Espanha, onde os/as residentes têm total liberdade de movimentos, podendo partilhar as tarefas entre si ou ter apoio externo;
- Criar Residências de Acolhimento para pessoas idosas que se encontrem em hospitais sem terem um agregado familiar para as receber, podendo a autarquia recorrer à recuperação de património municipal imobiliário devoluto ou em mau estado, de preferência integrado na malha urbana da cidade;
- Capacitar os/as profissionais de distintas áreas (saúde e polícia) para a prevenção e deteção precoce de situações de maus-tratos a pessoas idosas;

- Sinalizar e monitorizar, de forma contínua, as pessoas idosas que vivem isoladas, com especial enfoque para a identificação de fatores de risco que podem levar ao suicídio.

Felicidade e Participação

A felicidade e o bem-estar são uma aspiração comum a todos e a todas e, como tal, as políticas públicas devem refletir esta procura e necessidade universal.

É, por isso, fundamental conhecer e contemplar os impactos das políticas no bem-estar e na felicidade dos/das portugueses/as, porque só assim poderemos alcançar uma sociedade verdadeiramente feliz que viva em harmonia e em comunidade.

- Construir uma ferramenta para medição do bem-estar e felicidade da população com base em processos participativos que permitam aferir, em cada ano, o que é mais importante para o concelho e para as distintas freguesias e ou bairros - Índice ou Índices de Felicidade;
- Elaborar um Plano da Felicidade e Bem-Estar no município;
- Criar e dinamizar fóruns específicos que apoiem a definição de propostas para o concelho (ex.: Fórum da Criança, através das escolas; Fórum das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, Fórum das Pessoas Idosas);
- Apoiar, através do município, o trabalho das associações, grupos de moradores, grupos comunitários, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras entidades que prossigam fins de interesse público municipal no âmbito dos Direitos Humanos, da ação

social, da defesa ambiental, da proteção animal e/ou desenvolvimento cultural, através da atribuição de apoios financeiros e não financeiros, como também através da chamada pública à participação para a definição de políticas e planos de ação locais e para a posterior monitorização e aferição da implementação e eficácia das mesmas, sendo pública essa avaliação;

- Conceber um programa de voluntariado a nível municipal adaptado às escolas, apresentando diversas propostas programáticas (ambiental, apoio escolar interpares, apoio ao envelhecimento, entre outros).

A solidão tem um forte impacto na nossa saúde, física e mental, e na nossa vida, pelo que o PAN entende que esta problemática, que não pertence a uma faixa etária específica, tem de ser abordada com seriedade pela comunidade e considerada nas políticas públicas. Não é aceitável que tantas pessoas sofram de solidão em silêncio.

- Criar uma campanha de sensibilização para a temática da solidão, que inclua uma linha de apoio para a qual as pessoas possam ligar caso sinalizem algum caso de solidão na sua comunidade;
- Promover o desenvolvimento de equipamentos e ferramentas de apoio a atividades sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas das diferentes comunidades, fomentando as relações interpessoais e intergeracionais.

Pertença, Dignidade e acesso à Justiça

Os direitos humanos não podem ser colocados em causa. No entanto, não é ao que assistimos no nosso quotidiano: há discriminação e injustiça social. A crise provocada pela COVID-19 veio expor ainda mais as desigualdades que ao longo dos tempos se tornaram estruturais.

Estamos longe de alcançar os objetivos traçados pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que devia ter sido o nosso guião. A nove anos do seu fim não fomos capazes de construir um mundo mais inclusivo nem sustentável. E também não conseguimos inverter as alterações climáticas, nem respeitar a biodiversidade e todas as espécies que habitam connosco no planeta.

Existem e persistem antigas e novas formas de opressão e de exploração do ser humano pelo ser humano, bem como de animais não humanos pelo ser humano, estando a sua denúncia e combate longe do ideal. Falamos de vidas cuja proteção entendemos dizer respeito a todas e todos nós, pois nenhuma sociedade prospera enquanto existirem pessoas a sofrerem formas de desigualdade, discriminação, racismo, xenofobia, violência e desrespeito.

No PAN acreditamos que as políticas devem basear-se no conhecimento: no conhecimento académico, no conhecimento da realidade, no conhecimento do território, no conhecimento das dinâmicas que acontecem ao longo do tempo, no conhecimento em rede. Deve ser nesse conhecimento real que as medidas, estratégias e planos se devem basear para definir caminhos. Consideramos ainda que estes instrumentos de planeamento precisam da alocação adequada de verbas e de recursos humanos, da definição de calendarização e de instrumentos de monitorização transparentes e públicos.

É com esta visão que o PAN apresenta um conjunto de medidas cujo desenho e implementação queremos que inclua as pessoas e a comunidade, em harmonia com a natureza.

Efetivar os Direitos Humanos

As autarquias locais (município e freguesias) têm um papel fundamental na proteção e promoção dos direitos humanos, com uma responsabilidade acrescida pela descentralização em curso. Por isso, propomos que seja criado o Observatório dos Direitos Humanos e ainda um instrumento para monitorização do progresso (ou não) dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Por outro lado, acreditamos que os direitos humanos incluem uma cidadania ativa que terá de ser incentivada e mobilizada, cabendo também à autarquia criar instrumentos facilitadores através, por exemplo, de plataformas digitais, de sessões públicas, sessões de participação e inquéritos, de forma a identificar os problemas e as aspirações da população, podendo assim concretizar-se como uma governação democrática, representativa e inclusiva.

- Promover um Observatório Municipal dos Direitos Humanos que possa contribuir para o respeito e efetivação dos direitos humanos no município, antecedido de um estudo prévio das atribuições e entidades que possam vir a integrá-lo;
- Desburocratizar as candidaturas aos programas municipais de apoio às organizações não governamentais;
- Assumir, por parte do município, a Agenda 2030 como um dos seus principais desígnios e promover um estudo do progresso e desafios do

concelho para uma plena realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em parceria com a academia, as organizações não governamentais e a comunidade, com apresentação de relatórios anuais onde constem recomendações;

- Assumir, por parte do município, uma política explícita de contratação não discriminatória;
- Criar uma “*Help House Municipal*” que se materializa num gabinete de apoio que direciona as cidadãs e cidadãos para os locais certos que permitirão a resolução das suas questões e problemas. Esta entidade, com recurso ao voluntariado, destina-se a apoiar aqueles/as que são frequentemente vítimas de procuradoria ilícita, traficantes, burlas ou que não estão familiarizados com a língua e costumes portugueses.

Acessibilidade

A acessibilidade é um direito humano e ao mesmo tempo um instrumento para o usufruto integral dos direitos humanos por cada pessoa. Estando instituída na Constituição da República Portuguesa, a acessibilidade impede ou facilita uma vida plena e independente, pelo que é fundamental sensibilizar para o conceito de acessibilidade que confere a todas as pessoas a oportunidade de uso e de participação independentemente das necessidades face ao ciclo de vida em que se encontram.

- Realizar um diagnóstico atualizado relativo ao incumprimento pleno da legislação sobre acessibilidades;

- Elaborar uma Estratégia de Acessibilidades, transversal às diversas áreas de governação da cidade, que foque:
 - Acessibilidade ao ambiente construído (espaços e equipamentos públicos, planeamento urbano, acessos a equipamentos, espaços verdes, entre outros);
 - Acessibilidade aos transportes, garantia de interconectividade e disponibilização de informação atualizada sobre as viagens e o funcionamento dos acessos;
 - Acessibilidade à informação e comunicação (disponibilização de informação dos órgãos municipais nos distintos suportes, apoio jurídico especializado, acesso a atividades culturais, desporto adaptado, disponibilização de tecnologia de assistência e recursos TIC inclusivos para toda a comunidade em bibliotecas públicas e centros online);
 - Acessibilidade ao emprego através do incentivo à criação de postos de trabalho no município para pessoas com deficiência;
- Intensificar a fiscalização de operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio, assegurando o cumprimento das condições de acessibilidade a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais;
- Criar um programa de apoio financeiro e técnico para que as pessoas possam adequar as suas casas e os edifícios onde habitam, tendo em vista o máximo de autonomia e independência;

- Criar um programa de adaptação de conteúdos nos equipamentos culturais do município às necessidades de vários públicos, nomeadamente pessoas cegas e pessoas surdas;

Combate à Pobreza

O PAN entende que Portugal precisa de uma resposta mais rápida, abrangente e ambiciosa se queremos garantir que a recessão causada pela COVID-19 não agrava ainda mais o aumento acentuado de pessoas no limiar da pobreza, na pobreza ou em situação de sem-abrigo. Para tal, é necessário convocar toda a comunidade para preparar o plano de reconstrução/recuperação, com decisões tomadas e assumidas em conjunto, garantindo que se abandonam as políticas temporárias e meramente de emergência e se estabeleça claramente um novo rumo de atuação. Em vez de continuarmos a gerir as situações limite, temos de prevenir e erradicar.

A pobreza requer uma visão multidimensional e, por isso, respostas coordenadas a nível nacional, regional e local, devendo ser exigida uma participação ativa das Câmaras e Juntas de Freguesia.

- Promover, por parte do município, estudos com dados atualizados e territorialmente localizados (à escala do quarteirão), visando o conhecimento aprofundado do fenómeno da pobreza e das suas relações com outras áreas setoriais;
- Melhorar a Estratégia Integrada de Combate à Pobreza através do aumento de participação dos associados nas atividades do núcleo pelo apoio ao desenvolvimento organizacional, inovação social e

intervenção concertada e melhorar o capital intelectual na área da pobreza e exclusão social.

- Realizar campanhas de sensibilização para a temática da pobreza e da exclusão social, adaptadas a diversos públicos;
- Criar programas que visem apoiar o acesso de pessoas em situação de pobreza ou no limiar desta aos distintos serviços da saúde, à educação, habitação, empregabilidade, gestão de eventual atribuição de crédito bancário, entre outros;
- Garantir que o município ou a entidade gestora (municipal ou não) adere à atribuição automática da tarifa social da água, prevista no Decreto-lei n.º 147/2017, permitindo-se o desconto a todas as pessoas com carências económicas comprovadas. Para tal, o PAN compromete-se a pugnar pela implementação deste tarifário, quer para a água, quer para o saneamento, que deve ser vinculativo, universal e comum a todas as autarquias do país, com transparente publicitação no tarifário geral dos serviços de abastecimento e saneamento, com o mínimo de burocracias e de fácil acesso ao desconto, e que permita uma renovação simplificada;
- Criar, por parte da autarquia, uma linha de atendimento de aconselhamento jurídico, considerando que é essencial que todas as pessoas possam ter acesso ao mesmo, não sendo tal acessível financeiramente a todas e todos, em áreas específicas como habitação (para quem tenha recentemente perdido a habitação ou esteja em risco iminente de a perder), direitos energéticos (como cortes de água, luz ou gás) e outras matérias específicas que se verifiquem necessárias;

- Criar programas de financiamento e apoio técnico a empresas e entidades que criem estágios em contexto laboral e postos de trabalho visando a empregabilidade adaptada a pessoas em situação de grande vulnerabilidade.

Crianças e Jovens

A Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990, representa um vínculo jurídico para os Estados que a ela aderiram que se comprometeram, assim, a promover e proteger de forma eficaz os direitos e liberdades nela consagrados. Decorridos mais de 30 anos, muito temos de mudar para assegurar estes direitos, quer na legislação nacional, quer no quotidiano, como aliás destacou o Comité dos Direitos da Criança, nomeadamente no que diz respeito à falta de medidas que garantam o superior interesse da criança em todas as ações e decisões que lhes digam respeito, bem como a garantia do direito de participação pública da criança.

- Promover campanhas de sensibilização e prevenção nas áreas da gravidez precoce, comportamentos de risco e violência de todos os tipos, nomeadamente no namoro e bullying;
- Desenvolver um programa municipal de prevenção de bullying, como “A violência não é fixe”, através de tutorias com estudantes mais velhos/as, promovendo um papel ativo de toda a comunidade escolar pela não violência;

- Desenvolver uma parceria entre o município e as universidades existentes no concelho para aumentar a oferta de habitação para estudantes universitários, com e sem bolsa atribuída no seguimento da aquisição e restauro das residências da Escola Prática de Cavalaria;
- Celebrar protocolos com escolas para criação de programas de voluntariado;
- Aumentar a verba do Orçamento do Município alocada ao Arrendamento Jovem;
- Elaborar um estudo local sobre o trabalho infantil no município.

Habitação e Património Público

O acesso à habitação é um direito universal. Não se trata apenas de um local para pernoitar. É uma estabilidade emocional, uma proteção, uma segurança que permite ao ser humano zelar pela sua qualidade de vida, pela sua saúde e pela sua família (pessoas e animais). No entanto, com o desenvolvimento quer do segmento de luxo, que potenciou uma reabilitação e renovação urbana, quer do turismo pouco ou nada planeado, novos segmentos sociais aumentaram as dificuldades no acesso e manutenção de uma habitação, sendo as pessoas empurradas e excluídas do centro das vilas e cidades.

Em Portugal faltou, e continua a faltar, um sério investimento na construção de habitação pública, situação agravada por diversas medidas e programas como o Regime Fiscal Especial dos Residentes Não Habituais e os Golden Visa, e não alterada apesar da aprovação do pacote da Nova Geração de Políticas de Habitação. Em 2020, a crise provocada pela pandemia só veio agravar este problema, receando o PAN que a descentralização de competências nesta matéria não seja devidamente acompanhada pela transferência de

adequados recursos financeiros, técnicos e humanos, o que irá prolongar o problema estrutural de acesso à habitação e contribuir para o endividamento municipal, estrangulando financeiramente as autarquias.

Acreditamos que o direito fundamental à habitação deve, em primeira linha, ser materializado pelo Estado. Assim, defendemos que a resposta à atual crise passa por investir na criação de uma rede de habitações públicas através, sobretudo, da reabilitação do património municipal e do Estado e, quando necessário, de nova construção, devendo estas habitações ser passivas energeticamente, incentivar à inversão da desertificação de territórios e garantir a defesa dos valores da inclusão e do espírito de comunidade.

Se pretendemos que o setor privado faça parte integrante da solução, devemos sentar-nos com os/as representantes das distintas partes - inquilinos/as, pequenos/as proprietários/as, grandes proprietários/as, fundos imobiliários, alojamento local, hotelaria - e perceber, em conjunto, como criar uma efetiva mudança de paradigma para o arrendamento, tornando-o acessível e compatível com os recursos financeiros existentes, ao mesmo tempo que aliciente e justificável.

Portugal já está atrasado no incentivo à habitação colaborativa. Defendemos que o município deve dinamizar a habitação colaborativa pelo espírito de comunidade, poupança de rendimentos e partilha de espaços que este regime estimula e também pelos benefícios ambientais que pode potenciar, como a partilha de painéis fotovoltaicos, espaços verdes entre muitos outros. Perante a problemática da instabilidade na habitação e do não acesso à mesma, as pessoas em situação de sem-abrigo constituem um grupo prioritário, importando destacar que o número de pessoas sem casa ou sem

teto aumentou com a atual crise e que o seu perfil se alterou, tendo ficado nesta condição pessoas provenientes dos diversos setores de atividade que foram fortemente impactados, entre eles a restauração, as artes e espetáculos e os serviços de turismo.

Sendo a habitação uma ferramenta essencial para o processo de integração na sociedade e de construção de uma vida melhor, as respostas para esta e para outras populações vulneráveis não devem passar pela criação massiva de alojamentos temporários de emergência, mas sim pela criação de bolsas de fogos habitacionais de longa duração, com valores de arrendamento adequados a cada situação específica e evolutivos no tempo, através de programas comunitários com implementação territorial nos quais exista o devido acompanhamento e apoio, nomeadamente na procura e manutenção de emprego, no apoio à escolaridade e à aprendizagem ao longo da vida e nas relações com o Estado e com as distintas instituições.

Por fim, e num eixo no qual a reabilitação desempenha um papel primordial, importa garantir que as habitações reabilitadas têm as necessárias componentes de neutralidade energética e carbónica no edificado, acreditando o PAN que é urgente trazer para o debate o combate à pobreza energética, que atinge tantas famílias portuguesas. Portugal continua sem políticas claras nesta matéria, sendo os baixos rendimentos da população um obstáculo à aquisição de sistemas eficientes de aquecimento e arrefecimento e à realização de obras de reabilitação.

É igualmente necessário definir critérios de aquecimento e arrefecimento por região, fazer chegar os apoios nacionais e comunitários aos cidadãos, não os retendo no meio de uma rede burocrática exigente. O PAN entende que é

importante o município focar-se na execução dos programas e dos fundos existentes para não acontecerem as situações recorrentes de se chegar ao fim dos programas comunitários com uma baixa taxa de execução.

Assim, ao nível do ambiente, propomo-nos a:

- Pugar pela neutralidade carbónica do edificado habitacional, adaptando todo o edificado residencial público às exigências impostas pelos compromissos assumidos a nível europeu quanto ao clima, ambiente e responsabilidade social;
- Dotar todos os edifícios municipais de meios de produção de energia e aquecimento de águas, reduzindo a sua pegada ecológica, bem como o peso dos gastos no orçamento público, e incentivar as restantes entidades públicas do município a adotar a mesma medida;
- Criar um programa municipal denominado “Edifícios Vivos” - públicos ou privados - visando a neutralidade carbónica, o respeito pelo ambiente e pelo património arquitetónico, que tenha como critérios de elegibilidade para apoio financeiro e técnico:
 - otimização da implantação e da orientação da construção;
 - minimização do impacto no local;
 - utilização de materiais locais;
 - aplicação de boas práticas para a reutilização, reciclagem e valorização de resíduos de construção e demolição;
 - aposta nas fachadas e coberturas verdes;

- utilização do conceito *passive house* (edifícios passivos, ou seja, edifícios cujo design permite um consumo muito baixo de energia para aquecimento ou arrefecimento);
- Criar gabinetes de atendimento técnico de apoio aos particulares na área do projeto, instalação e definição de equipamentos, que permitam melhorar a eficiência energética e o conforto da habitação, procurando incentivar as casas passivas e ainda apoiando o setor privado na elaboração de candidaturas a programas já existentes ou novos do Governo e/ou do município;
- Assegurar que os edifícios a construir, ou objeto de reabilitação profunda ou ampliação, dispõem de postos de abastecimento de veículos elétricos nos parqueamentos e locais adequados para parqueamento de bicicletas;
- Aprovar um Guia de Boas Práticas Ambientais em edificado e no desenho urbano, onde se inclua um conjunto de compromissos e de medidas a tomar com o objetivo de reduzir as respetivas pegadas ecológicas;
- Criar projetos municipais com o objetivo de combater a pobreza energética ^[20], recorrendo a fundos europeus, alinhados com os instrumentos já existentes a nível nacional ^[21], através de benefícios fiscais para proprietários/as que procedam a obras neste âmbito, da não cobrança de taxas de licenciamento neste tipo de obra ^[22] e de apoio financeiro e técnico relativo, entre outros, a materiais de construção; eficiência energética; implementação de soluções de base natural ^[23] nos edifícios;

- Elaborar um Estudo de Avaliação da Pobreza Energética do edificado habitacional existente no município (público e privado), utilizando distintos indicadores como o preço da energia e a relação com as receitas/gastos do agregado; auto-perceção da pobreza energética; medição da adequação da temperatura;
- Atualizar a lista dos edifícios municipais ou do Estado com amianto, dentro da área do município, realização de análises laboratoriais e da qualidade do ar interior e elaboração de calendarização para remoção de todos os materiais e equipamentos que contenham amianto pertencentes à administração local até ao final do ano de 2022.

Património público e Habitação pública

- Elaborar um levantamento do parque habitacional público para identificação do seu estado de conservação e ocupação, a par do levantamento e análise das necessidades de habitação nas diferentes áreas urbanas e do tipo de agregados e rendimentos dos mesmos;
- Rever os critérios de atribuição de habitação municipal de forma a garantir o acesso ao direito à habitação a todas as pessoas, estudando a alteração dos atuais critérios, garantindo os princípios da igualdade e da não discriminação em razão da ascendência, orientação sexual, identidade e/ou expressão de género e características sexuais, raça, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social, ou qualquer outro fator;

- Garantir o acesso a pessoas com animais de companhia a todas as habitações municipais;
- Apostar num forte reforço do investimento na reabilitação e construção de habitação pública para arrendamento acessível, pugnando pela mobilização do património imobiliário do Estado e municipal;
- Criar uma verba/ Aumentar a verba no Orçamento Municipal alocada ao Arrendamento Jovem;
- Criar, em articulação com municípios limítrofes, bolsas habitacionais específicas que permitam atribuir fogos a pessoas ou famílias em situação de especial vulnerabilidade;
- Criar bolsas específicas a atribuir a entidades públicas ou privadas que tenham programas de apoio e proteção de pessoas vítimas de violência doméstica, discriminação ou marginalização habitacional, nomeadamente migrantes e refugiados, pessoas em situação de sem-abrigo, menores vítimas de abandono ou maus tratos, pessoas LGBTI+ especialmente vulneráveis e pessoas idosas que se encontrem em camas hospitalares sem família que as possa ou queira acolher, com possibilidade de permanecerem com os seus animais de companhia;
- Criar um conjunto de respostas habitacionais para pessoas idosas quando já não seja possível permanecerem no seu lar, com um valor de renda definido mediante os rendimentos mensais de cada pessoa e com distintos graus de assistência, com a possibilidade manterem consigo o seu animal de companhia, seguindo diversos modelos, como por exemplo:

- o “Repúblicas”, modelo que já foi experimentado noutros países, como no Brasil e em Espanha, onde as/os residentes têm total liberdade de movimentos, podendo partilhar as tarefas entre si ou ter apoio externo;
- o Residências com tipologia T1, com serviço de apoio permanente e assistência completa, incluindo alimentação, higiene pessoal, serviços de limpeza da casa e de roupas, atendimento médico e de enfermagem, com funcionamento assegurado por protocolos com IPSS ou outras instituições;
- o Unidades residenciais assistidas para pessoas idosas que necessitem de alojamento temporário assistido, para curtos períodos de tempo, com funcionamento assegurado por protocolos com IPSS ou outras instituições;
- Implementar um programa intergeracional de co-habitação entre pessoas idosas que vivem sozinhas e jovens estudantes universitários/as, promovendo-se a solidariedade e o respeito pelos/as outros, permitindo que os/as jovens usufruam de alojamento mais acessível (e até gratuito) e apoiando as pessoas idosas a permanecerem nas suas casas, devidamente acompanhados/as por uma equipa de profissionais, como assistentes sociais e psicólogos;
- Promover a criação de sites municipais e metropolitanos que agreguem as diversas ofertas ao nível da oferta habitacional pública, por território, bem como os diversos programas disponíveis.

Habitação própria, Arrendamento e Planeamento

- Criar um Observatório Local da Habitação, com o objetivo de acompanhar a evolução da habitação existente no município, as necessidades e as dinâmicas, dando nota das decisões sobre a matéria;
- Promover, em articulação com o Estado, a abertura de linhas de apoio financeiro com taxas proporcionais ao valor dos rendimentos de cada proprietário/a para recuperação de imóveis devolutos ou em ruínas, destinados para habitação própria, ou se adquiridos a título de sucessão/herança para habitação própria ou arrendamento acessível;
- Apurar no Município a adesão dos/as senhorios/as ao Programa de Arrendamento Acessível. Em caso de baixa adesão, tendo em consideração as necessidades, devem ser revistos os requisitos aplicáveis e estudar uma eventual forma de ampliação dos incentivos, fiscais ou quaisquer outros, para aumento do parque habitacional;
- Promover a implementação de uma estratégia integrada de planeamento urbano e territorial, que vise trazer habitantes para a cidade, articulando com as políticas nacionais e com outras políticas setoriais inseparáveis, como a habitação, a educação, a saúde, mobilidade, fornecimento de serviços públicos, gestão e preservação de recursos naturais, segurança e autonomia alimentar, entre outras;
- Promover e incentivar, através do município, projetos de habitação cooperativa, colaborativa e participada, os quais devem envolver os/as futuros/as residentes no planeamento, construção e/ou reabilitação, bem como na futura gestão e manutenção, compreendendo uma

ampla variedade de formas de habitação coletiva ou individual, baseada nos princípios da economia solidária, da partilha de conceitos, de partes comuns como hortas, jardins e bibliotecas, apoio ao cuidado de pessoas idosas, pessoas com necessidades especiais e animais de companhia;

- Assegurar a articulação e o acompanhamento dos programas de reabilitação e regeneração com programas integrados de inclusão social, nomeadamente programas de empregabilidade, escolas, redes de transportes públicos e comércio local.

Saúde, bem-estar e realização pessoal

A perspetiva do PAN para a saúde é que esta é uma área transversal a todos os domínios das políticas públicas locais e que, como tal, os executivos municipais devem integrar preocupações com a promoção e proteção da saúde, privilegiando a prevenção e considerando esta dimensão em todas as decisões públicas locais. Tal deve ser assegurado através de técnicas/os municipais especializadas/os nas áreas da saúde e parcerias com entidades e organismos representativos desta área.

No PAN entendemos a saúde como um recurso individual e coletivo que exige literacia, responsabilidade, empoderamento para a ação preventiva e a auscultação participada de todos os setores e grupos sociais. Entendemo-la também numa dimensão longitudinal, ao longo da vida, onde os primeiros anos de desenvolvimento são essenciais para uma melhor condição de vida futura, minimizando o sofrimento e reduzindo custos de vida pessoais, familiares, sociais e económicos. Finalmente, porque o estado de saúde se

encontra fortemente relacionado com as iniquidades e condições de vida das populações, e sabendo que medidas que combatam os processos de exclusão são mais efetivas e têm uma influência mais preponderante sobre a saúde de indivíduos e comunidades do que estratégias dirigidas a patologias ou problemas de saúde específicos, consideramos que um verdadeiro programa em saúde deve garantir a acessibilidade e participação de todas/os e investir na melhoria de todas as condições de vida das/os cidadãs/ãos. Só assim os municípios podem ter uma estratégia integrada e eficaz de promoção de saúde e bem-estar.

Diminuir o impacto dos principais problemas de saúde

Estratégias e intervenções integradas que adotem uma abordagem abrangente são essenciais para colmatar os principais desafios associados às doenças transmissíveis e não transmissíveis.

As doenças não transmissíveis são as que mais contribuem para a carga de doença dos países desenvolvidos. As suas causas são multifatoriais e multidimensionais, exigindo uma ação política abrangente e concertada intersetorialmente com metas e objetivos comuns, sistemas de informação partilhados, focada na cooperação e implementação conjunta de projetos, no planeamento integrado e na definição de prioridades com base na opinião de todas as partes interessadas.

A promoção de atividade física regular está associada a benefícios significativos na saúde, reduzindo o risco de desenvolvimento de uma grande maioria das doenças não transmissíveis, contribuindo para a saúde mental e bem-estar geral.

A parceria com a Viver Santarém, com as comunidades, com associações ou cooperativas, com instituições privadas, outras organizações não-governamentais que trabalhem junto da comunidade são um fator chave para que seja possível maximizar a participação das pessoas em ações que promovam a atividade física. Tanto o contexto físico como o contexto social devem ser construídos para que seja possível integrar a atividade física de forma segura e simples no dia-a-dia das pessoas.

A alimentação é outro dos fatores que contribui de forma determinante para a saúde da população. Para que seja possível combater a prevalência da obesidade, é fundamental analisar todo o circuito e os diversos processos que influenciam o padrão de alimentação da população.

Sob a perspetiva do percurso de vida, as crianças e jovens beneficiam especialmente de políticas e ações coordenadas que promovam uma melhor alimentação e reduzam a obesidade, na medida em que vão conseguir prevenir e/ou protelar durante um período muito mais longo das suas vidas os fatores de risco alimentares que favorecem o aparecimento destas doenças e construir a sua saúde e bem-estar físico desde os primeiros anos, enraizando hábitos e comportamentos que as/os irão acompanhar ao longo da vida.

Atividade Física

A atividade física regular é um fator chave para a prevenção e o controlo das doenças não transmissíveis (DNTs), como as doenças cardiovasculares, a diabetes tipo 2 e alguns tipos de cancro. A atividade física também beneficia a saúde mental, incluindo a prevenção do declínio cognitivo e sintomas de

depressão e ansiedade, e pode contribuir para a manutenção do peso saudável e do bem-estar geral.

Equipamentos desportivos disponíveis para a comunidade, sem restrições

- Cria mais e melhores espaços de utilização pública livre, com condições e equipamentos adequados para a prática desportiva, distribuídos de forma equitativa e com segurança pelo município;
- Promoção de práticas de atividade física nos contextos laborais.

Desporto organizado como centro de formação desportiva e pessoal

- Estreitar relações entre as associações/clubes e os potenciais patrocinadores, equilibrando a preponderância do financiamento público;
- promover eventos desportivos amadores entre freguesias e concelhos vizinhos, com especial foco no fair play e socialização intercomunitária.

Alimentação

A alimentação e os hábitos alimentares saudáveis são essenciais na prevenção eficaz da doença e na promoção da saúde. As políticas de saúde pública têm de assentar cada vez mais na prevenção, garantindo melhores resultados em saúde, menores custos individuais e familiares e maior sustentabilidade do Sistema Nacional de Saúde (SNS). Os alimentos têm um impacto direto na nossa saúde, pelo que devemos pugnar por uma mudança efetiva nos nossos comportamentos alimentares, mas também educar, capacitar e formar as/os

cidadãs/ãos de modo a que estas/es disponham de ferramentas que permitam a adoção de uma dieta equilibrada e nutricionalmente completa.

Nutrição e Segurança Alimentar

O conceito de segurança alimentar é, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), reconhecido como *“uma situação que existe quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e económico a alimentos suficientes, seguros e nutricionalmente adequados, que permitam satisfazer as suas necessidades nutricionais e as preferências alimentares para uma vida ativa e saudável”*.

Garantir de forma universal a possibilidade de seguir hábitos de alimentação saudáveis

- Criar parcerias com produtores locais, preferindo a aquisição de alimentos a empresas locais com a condicionante dos produtos serem produzidos no distrito estreitando, também o canal de distribuição entre produtor e consumidor e integrarem conceitos de hábitos alimentares saudáveis;
- Disponibilizar a dieta vegetariana nos estabelecimentos públicos, exatamente nos mesmo moldes das dietas de carne e peixe e não num regime excepcional, promovendo-a e permitindo o contacto por parte de todas/os com esta dieta sem criação de entraves para quem pretende optar, em que moldes desejar, por esta dieta
- Garantir que as empresas públicas e/ou apoiadas pelo estado têm sempre opções vegetarianas disponíveis nos refeitórios, bares, e

máquinas de venda automática e verificação regular das ementas vegetarianas nas escolas

- Garantir maior diversidade de oferta alimentar saudável e criar oportunidades para a experimentação desse tipo de produtos, acompanhadas de informação sobre as suas qualidades e impactos positivos na saúde.

Promover e incentivar a restauração que cumpra critérios para uma alimentação saudável

- Promover um plano municipal de formação de profissionais de cozinha para a confeção de pratos saudáveis e para a cozinha vegetariana;
- Promover ações de informação na comunidade sobre a relação dos padrões e hábitos de consumo alimentar com o risco de doença e perda de qualidade de vida;
- Implementar o projeto Segunda-feira Sem Carne nas cantinas municipais e escolas;
- Realizar ações de sensibilização junto das/os profissionais de saúde, para que detetem, sinalizem e atuem em situações de má-nutrição ou deficiente acesso a alimentação equilibrada e saudável;
- Implementar uma avaliação anual, através de inquéritos às comunidades educativas, da qualidade da oferta alimentar nas escolas e estabelecimentos geridos pelas autarquias;
- Criar selos municipais de qualidade das ementas;
- Regulamentar a segurança alimentar e fortalecer a capacidade de fiscalização;

Compreender e aplicar o conceito de sustentabilidade aliado à
alimentação

- Promover e divulgar informação sobre o conceito de alimentação sustentável;
- Garantir que a estratégia de comunicação e as opções políticas integram sempre, e de forma coerente, preocupações com a saúde alimentar;
- Garantir que todos os eventos públicos ou apoiados pelo município integram esta preocupação na oferta alimentar disponibilizada;
- Potenciar a compra de produtos locais e orgânicos, contribuindo para o desenvolvimento local e para a redução de utilização de transportes de longa distância.

Saúde física e mental

A saúde física e a saúde mental estão intimamente interligadas, havendo repercussões diretas e em larga escala bidirecionais entre ambas. Para além do correto acompanhamento pelas/os profissionais especializadas/os, é tão ou mais importante controlar os fatores que podem tornar instável o equilíbrio entre as dimensões física e mental.

- Criar condições para a prática do exercício físico gratuito, em segurança e informado em todas as freguesias;

- Adaptar o território à prática de exercício físico inserido nas atividades quotidianas;
- Facilitar o desenvolvimento de práticas formais e informais de atividade física nos serviços municipais.

Qualidade do Ar

A poluição do ar é uma das principais e piores formas de poluição, com impacto direto na saúde dos seres vivos.

- Instalar postos de monitorização da qualidade do ar nos locais mais expostos a poluição (próximos de grande concentração industrial ou locais com grande tráfego automóvel) e em locais com grande densidade populacional;
- Fiscalizar exemplarmente todas as indústrias potencialmente promotoras de poluição e sensibilizar e apoiar na definição de soluções, garantindo a resolução das emissões poluentes;
- Assegurar as medidas necessárias para o tratamento de efluentes de indústrias pecuárias, pelo seu impacto na qualidade de vida das populações, na saúde pública, além do impacto na contaminação dos solos e dos meios hídricos;
- Eliminar todo e qualquer apoio a indústrias que comprovadamente infrinjam a legislação referente a emissões atmosféricas e poluição do ar, para além da aplicação das restantes e adequadas consequências.

Saúde mental

O stress é a resposta do nosso corpo a pressões provocadas por uma situação ou evento de vida. Tem um propósito para situações específicas, mas é extremamente prejudicial quando atinge rotineiramente níveis elevados. Estas situações levam a alterações emocionais, instabilidade e depressão.

- Promover a formação das/os profissionais de saúde dos cuidados primários para deteção o mais precoce possível de situações de stress, ansiedade ou depressão, e garantir atempadamente cuidados adequados;
- Promover atividades preventivas e de bem-estar geral, como yoga, meditação, mindfulness e outras com comprovados benefícios na saúde e bem-estar das pessoas, em contextos laborais, escolares e da comunidade;
- Criar um programa de adoção de animais de companhia por parte de pessoas que sofram de algum tipo de isolamento, favorecendo o sentimento de utilidade e reduzindo a solidão e o stress associados a essa condição. Apoiar todas as pessoas que não disponham de meios para tal com as intervenções necessárias na habitação para garantir a segurança do animal, bem como com os cuidados veterinários e alimentação;
- Criar equipas de profissionais de intervenção em crise psicossocial focadas na avaliação de risco de perturbação psicoemocional, que prestem apoio a profissionais com maior exposição a incidentes críticos

e risco de desgaste físico e psicológico, prevenindo potenciais situações de perturbação e burnout;

- Garantir respostas de saúde mental para públicos com necessidades específicas - como pessoas com problemas de adição, através da implementação das salas de consumo assistido/vigiado, e pessoas em condição socialmente mais desfavorável com pouca adesão aos serviços de saúde - em articulação com as entidades da saúde e estado central.

Melhorar o acesso a cuidados de saúde de qualidade

Para que seja possível providenciar cuidados de saúde de elevada qualidade e melhorar os resultados obtidos, é necessário reforçar os sistemas de saúde com intervenções de efetividade comprovada, financeiramente viáveis, adequadas ao propósito e centradas nas pessoas.

Assegurar serviços de saúde à população, quer enquanto manutenção de estruturas, quer enquanto gestão de carreiras profissionais, quer como elaboração de políticas de saúde, constituir-se-á, fruto das novas competências autárquicas, numa nova e extensa área de governação local. Este é, por isso, um eixo onde demonstramos a nossa visão sobre a saúde, numa lógica de promoção da saúde e prevenção da doença.

Promoção da Saúde na Comunidade

Conselho Municipal de Saúde

Na Lei de Bases da Saúde, a proteção da saúde assume-se como um dos mais importantes direitos das/os cidadãs/aos, cabendo ao Estado promover e garantir a todas/os o melhor acesso ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) e às estratégias de prevenção da doença, numa lógica de equidade na distribuição dos recursos.

São algumas das competências do conselho municipal de saúde:

- Contribuir para a definição de uma política de saúde a nível municipal;
- Propor o desenvolvimento de programas de promoção de saúde e prevenção da doença;
- Promover a troca de informações e cooperação entre as entidades representadas.

O conselho municipal de saúde reveste-se, desta forma e nesta nova realidade municipal, de extrema importância para a concretização da visão holística da saúde espelhada neste programa.

Unidades de Saúde Pública

Como refere a Organização Mundial da Saúde¹, *“a saúde pública é definida como “a arte e a ciência de prevenir doenças, prolongar a vida e promover a saúde por meio dos esforços organizados da sociedade”. O objetivo geral é promover maior saúde e bem-estar de forma sustentável, ao mesmo tempo*

¹ <https://www.euro.who.int/en/health-topics/Health-systems/public-health-services/public-health-services>

que fortalece os serviços de saúde pública integrados e reduz as desigualdades. Para alcançar esta visão, a saúde pública deve cooperar com vários parceiros para amplificar a sua ação nas diversas dimensões da saúde, e com profissionais de saúde. Os profissionais dos cuidados primários podem desempenhar um papel fundamental na prevenção de doenças e promoção da saúde, conforme descrito na Declaração de Alma-Ata.”

- Promover a expansão das Unidades de Saúde Pública, em número de profissionais, recursos e instalações, enquanto peças fundamentais e centrais no desenvolvimento de políticas de saúde;
- Promover a fixação de médicos de família no município nomeadamente através da oferta de habitação para contratos a longo prazo.
- Garantir, em colaboração com o Estado Central, que as unidades de Saúde Pública têm à sua disposição todas as condições e recursos necessários para a prevenção, deteção e controle da doença.
- Contribuir para uma adequação do número de unidades de saúde às necessidades da comunidade;
- Contribuir para uma distribuição das unidades de saúde pelo território municipal, garantindo acessibilidade e proximidade, dentro do previsto no modelo da “Cidade dos 15 minutos” para quem reside fora da cidade de Santarém.

Cuidados de Saúde Primários

Uma rede de cuidados primários próxima das/os cidadãs/ãos e ativa na sua missão é um passo fulcral para obter ganhos em saúde para a sociedade.

Planeamento de Novos Equipamentos

Cuidados primários em condições adequadas e próximos das/os cidadãs/ãos.

- Analisar o território municipal e definir necessidades de novas unidades de saúde de cuidados primários, garantindo acessibilidade e proximidade, de acordo com o modelo da “Cidade dos 15 minutos”;
- Fazer um levantamento das condições e necessidades das unidades existentes, operando posteriormente as intervenções necessárias;
- Identificar as dificuldades e procurar soluções de compromisso nas situações em que as unidades não pretendam aderir ao modelo de USF;

Manutenção e Apoio Logístico dos Equipamentos Existentes

Garantir as condições de trabalho das unidades de cuidados de saúde primários.

- Criar canais diretos entre as/os responsáveis das unidades de saúde e a autarquia, para otimizar e tornar mais célere a comunicação de necessidades e a sua rápida resolução;
- Criar um questionário municipal online de satisfação das/os utentes, fornecendo o endereço nos sites das instituições e nas próprias instituições

Gestão de Recursos Humanos

- Complementar as respostas em saúde mental com equipas especializadas, em colaboração com as administrações hospitalares e Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), focadas na avaliação de risco de perturbação psicoemocional, para o apoio e acompanhamento das/os profissionais de saúde com maiores níveis de exposição a incidentes críticos e desgaste físico e psicológico, prevenindo potenciais situações de burnout;
- Pugar junto do estado central para suprimir as necessidades de médicas/os, enfermeiras/os e administrativas/os;
- Instituir cuidados de medicina dentária nas unidades de saúde de cuidados primários e continuar a apostar na promoção de campanha de saúde oral no pré-escolar e primeiro ciclo

Planeamento Familiar e Maternidade

A maternidade/paternidade é uma fase repleta de felicidade e realização, mas também de medos e inseguranças. Esta fase coloca novos e grandes desafios, exigindo preparação e maturidade. Assim, assegurar condições de natalidade, com suporte e garantindo as devidas condições às desejadas novas gerações e núcleo familiar, consiste num grande desafio.

Parto e Aleitamento Materno

O parto deve constituir uma experiência única, positiva e inesquecível, e não um momento de dor e sofrimento. Para que tal aconteça, é importante garantir que: do lado profissional, são seguidas as mais recentes linhas orientadoras ditadas pela evidência científica e reforçadas pela OMS; do lado parental, há conhecimento dessas mesmas linhas orientadoras e concretização em pleno do plano de parto que é pretendido.

Os benefícios do aleitamento materno estão comprovados pela evidência científica e reafirmados por entidades como a DGS e a OMS. Citando a OMS: *“Crianças amamentadas com leite materno conseguem melhores desempenhos em testes de inteligência, têm menos probabilidade de excesso de peso ou obesidade e são menos propensas à diabetes. Mulheres que amamentam têm também um risco reduzido de cancro da mama e ovários”*.²

São inúmeros os benefícios para a família e para a sociedade, razão pela qual a aposta no aleitamento materno é segura e necessária.

- Criar Bancos de Leite Materno;
- Implementar sessões promovidas pelas unidades de saúde, com periodicidade inferior a um mês, sobre aleitamento materno, recomendações da OMS sobre aleitamento materno, os seus benefícios e o que esperar da experiência da amamentação em cada fase de desenvolvimento da criança;

² https://www.who.int/health-topics/breastfeeding#tab=tab_1

- Criar um grupo de trabalho municipal com o objetivo de garantir que a prática reflète as recomendações da OMS. Após os partos, e no período de 30 dias após a alta hospitalar, deve ser feito um questionário à mãe sobre os factos mais relevantes das recomendações da OMS, por forma a apurar a sua aplicação.

Apoio Parental

Criar estruturas de suporte à parentalidade. A parentalidade é o “berço” das novas gerações e do futuro da nossa sociedade.

- Promover sessões específicas de apresentação e esclarecimento sobre todos os aspetos jurídicos, apoios, direitos e deveres nos primeiros anos da parentalidade, prestadas pelo departamento jurídico municipal;
- Promover a utilização das fraldas reutilizáveis nos cursos de preparação para o parto e nas sessões de apoio à parentalidade;
- Criar e promover grupos de partilha e workshops sobre fraldas reutilizáveis;
- Promover sessões de capacitação em áreas comportamentais;
- Resposta a Pandemias

A maior parte dos países a nível mundial está a envidar esforços para retomar na sua plenitude a globalização e o paradigma socioeconómico que vigorou até ao período pré-pandemia e, como tal, este é um fenómeno que tende a manter-se e intensificar-se.

COVID-19 e Doenças Emergentes

Controlar a COVID-19 e potenciar o período pós-pandémico.

- Dotar as unidades de saúde de planos, infraestruturas e de material adequado para resposta à COVID-19 e pandemias semelhantes;

Planos de Contingência

Acautelar respostas adequadas a situações pandémicas futuras.

- Elaborar planos de prevenção e resposta a situações/ameaças pandémicas, em parceria com as unidades de saúde;
- Acompanhar o trabalho do projeto europeu “PANDEM-2”;
- Sensibilizar e preparar a população para a eventualidade de novas pandemias, e familiarizar as/os munícipes com o plano de resposta definido;

Mecanismos de Alerta e Resposta

- Definir os mecanismos de resposta a situações potencialmente pandémicas;

Investir na saúde ao longo dos ciclos de vida

O investimento na saúde e nos seus determinantes ao longo de todo o percurso de vida das pessoas aumenta a esperança de vida saudável e melhora o seu bem-estar, aspetos que podem trazer grandes benefícios económicos, sociais e individuais. A mudança demográfica da população, e que tem vindo a alterar a dinâmica dos meios urbanos nas últimas décadas, exige uma abordagem estratégica holística ao percurso de vida das pessoas, dando prioridade a novas abordagens. Intervenções que visem influenciar as

iniquidades em saúde e os seus determinantes sociais devem ser desenvolvidas em etapas chave do percurso de vida, nomeadamente nos primeiros anos de vida, na infância e adolescência, idade adulta e terceira idade.

Infância

Estes primeiros anos são fundamentais para capacitar as pessoas e influenciar a maneira como envelhecem. Ou seja, as opções que naturalmente fazem em relação à manutenção da sua saúde, nas diferentes fases de mudança das suas vidas. A evidência demonstra que dificuldades económicas persistentes ao longo da vida estão associadas a muito piores resultados de saúde na terceira idade.

Apoio Parental

A parentalidade é o suporte necessário para o desenvolvimento infantil.

- Garantir ações de capacitação direcionadas às famílias e comunidades escolares, que permitam identificar precocemente sinais ou sintomas suscetíveis de necessidade de acompanhamento de saúde, social, ou psicopedagógico;
- Promover sessões de informação e esclarecimento jurídico, social, de direitos e deveres da parentalidade, prestadas pelo departamento jurídico municipal às famílias.

Acesso a Creches

Resolver a dificuldade de acesso a creches.

- Apoiar as empresas com 30 ou mais funcionárias/os com menos de 45 anos na criação de creches e infantários integrados nas próprias instalações.

Qualidade de Jardins de Infância e educação pré-escolar

Garantir infantários de qualidade para início de uma formação de qualidade das novas gerações.

- Alargar a oferta de jardins de infância públicos;
- Garantir a oferta, em condições de qualidade, de dieta vegetariana e promoção da mesma nos jardins de infância e proceder, regularmente à sua supervisão;
- Garantir uma rede de equipamentos com oferta de sesta para alunas/os com necessidade deste recurso nos jardins de Infância públicos;
- Integrar espaços naturais verdes em cada espaço educativo;
- Desenvolver ações de sensibilização de profissionais e encarregadas/os de educação para a importância do contacto com a natureza enquanto estratégia de promoção de saúde e de educação;

Adolescência

A adolescência é uma fase da vida sujeita a mudanças em diversos níveis: físicos, psicológicos e sociais. Se for tido em conta que tudo isto se verifica numa das fases mais complicadas de maturação pessoal, facilmente se percebe a necessidade de acompanhar e suportar as/os adolescentes.

Comportamentos e estilos de vida

Escolha e adoção de comportamentos responsáveis e estilos de vida saudáveis.

- Promover sessões de educação para a saúde nas escolas, com articulação entre as escolas e as unidades de saúde;
- Implementar sessões de debate e informação com jovens, desenvolvida por e para jovens em articulação com as unidades de saúde, em cada escola e contexto comunitário;
- Criar um programa, em diferentes empresas e funções, direcionado para as/os adolescentes, que fomente oportunidades vocacionais na perspetiva da construção de projetos de vida conscientes e informados. Através da experiência, as/os jovens vão ter mais facilidade em escolher o seu curso ou percurso profissional.

Educação Sexual

É fundamental entender e agir conscientemente em todas as dimensões envolvidas na sexualidade.

- Promover sessões de capacitação e esclarecimento nas escolas, ministradas pelas/os profissionais das unidades de saúde locais, sobre educação sexual. Deve ser fornecida uma forma de contacto com as/os profissionais de saúde, caso algum/a adolescente pretenda esclarecer alguma questão em contexto privado;
- Afixar nas escolas, em locais visíveis e com grande afluência, informação clara sobre o uso abusivo da contraceção de emergência (pílula do dia seguinte);

- Distribuir gratuitamente copos menstruais em consultas de planeamento familiar nos centros de saúde.

Capacitação e Literacia em Saúde

O conhecimento e o domínio da sua saúde permitem à/ao adolescente gerir os seus comportamentos de forma consciente e informada.

- Promover sessões de formação ministradas pelas/os profissionais de saúde das unidades de saúde locais sobre a importância da evidência científica como fonte de informação e fundamentação, para que as/os jovens saibam interpretar a informação dispersa na internet e nas redes sociais, bem como reconhecer notícias falsas ou informações sem fundamentação;

Idade Ativa

É nesta fase que a idade começa a ser um critério de discriminação e fonte de iniquidade no acesso aos mais variados serviços públicos (e privados), contribuindo para o adensar do gradiente social em saúde. A evidência demonstra que é nesta fase de vida que as iniquidades se expressam com mais intensidade, sendo as diferenças entre as pessoas que estão melhor e as pessoas que estão pior muito mais acentuadas nesta altura de vida do que nas pessoas mais jovens.

Deficiência física, sensorial e cognitiva

A integração e inclusão são dos mais reconhecidos frutos de uma democracia e de uma sociedade saudável.

- Garantir a existência de um gabinete municipal inteiramente dedicado à inclusão de pessoas com deficiência física e/ou cognitiva na comunidade (emprego, habitação, participação comunitária);
- Disponibilizar informação de forma completa e clara sobre todos os apoios e benefícios existentes para pessoas com deficiência física e/ou cognitiva;
- Realizar sessões periódicas de apresentação e esclarecimento sobre todos os apoios e benefícios existentes para pessoas com deficiência física e/ou cognitiva, apresentando também nessas sessões a existência do gabinete anteriormente referido;
- Garantir respostas de tradução e interpretação em LGP em todos os serviços e respostas públicas, com ênfase nos serviços de saúde;
- Desenvolver planos municipais para a integração de pessoas com deficiência.

Apoio Social Familiar

A idade ativa é uma das fases da vida com maior carga de compromissos. Emprego, família e gestão de encargos são alguns dos aspetos habitualmente inerentes a esta faixa etária, sendo estas pessoas muitas vezes os pilares das suas estruturas familiares. É importante garantir o seu sucesso, pelas próprias e pelo equilíbrio da sociedade.

- Criar um portal e linha telefónica especializados para esclarecimento, apoio e resposta às necessidades das instituições, famílias e cidadãos/ãos com deficiência, promovendo a articulação entre as entidades envolvidas e a comunidade.

Terceira idade

Um município que queira promover de forma efetiva a saúde na terceira idade deve apostar na proteção social das pessoas mais idosas em especial daquelas localidades que se encontram mais distantes da cidade.

O combate à solidão e isolamento é uma das melhores estratégias para o conseguir fazer. As pessoas idosas muitas vezes são votadas ao esquecimento. É importante a ação e informação chegarem a estas pessoas. Tudo o que contribua de forma efetiva para fazer do município um ambiente mais saudável (transportes, ordenamento, planeamento urbano, habitação, política fiscal, atividades de promoção da saúde), minimizando os fatores de risco e potenciando os fatores protetores que as pessoas da terceira idade vão acumulando, tem importantes repercussões nos resultados de saúde da população que cresceu e envelheceu no município.

- identificar pessoas idosas isoladas
- promover redes de respostas comunitárias de proximidade
- reduzir riscos de saúde (quedas, por exemplo) nos espaços públicos
- assegurar mecanismos de monitorização de saúde/risco de pessoas isoladas

Atividades Sociais e Recreativas

A terceira idade como valor inestimável da sociedade.

- Criar uma assembleia composta por todas as pessoas maiores de 65 anos que a pretendam integrar, com reuniões semanais, e onde todas as propostas e decisões do executivo municipal e da assembleia municipal possam ser discutidas e debatidas. Esta assembleia poderá emitir pareceres públicos e criar propostas para votação dos órgãos efetivos, assim como ser utilizada como um valioso órgão de consulta por parte dos/das ocupantes de cargos políticos;
- Disponibilizar um mapa com todas as organizações, associações, oportunidades e movimentos do município que o/a munícipe pode integrar e utilizar para exercer a sua participação ativa na comunidade.
- Garantir que todos/as os/as seniores têm acesso a oportunidades de exercício, convívio e bem-estar;
- Organizar, nos espaços e infraestruturas municipais (com especial relevo para os que serão criados na perspetiva do modelo da “Cidade dos 15 minutos”), eventos recreativos direcionados para os/as munícipes seniores.

Equipamentos

Dar dignidade aos/às munícipes da terceira idade e apoiar as suas famílias.

- Desenvolver projetos de residências autónomas partilhadas;
- Garantir, através de técnicos municipais especializados, o funcionamento adequado, seguro e de qualidade das instituições destinadas a munícipes da terceira idade.

Cuidadores/as Informais

Um/a cuidador/a informal é um cidadão ou cidadã que presta assistência, de forma permanente ou não, a um membro da família que se encontre numa situação de dependência de cuidados básicos por motivos de incapacidade ou de deficiência. Os cuidadores informais garantem qualidade de vida a quem é cuidado e evitam muitas vezes a sua institucionalização e os prejuízos inerentes para o/a cuidador/a, para quem é cuidado e para a sociedade.

- Garantir a existência de canal municipal de comunicação e atendimento claro e direto para os/as cuidadores/as informais onde possam ser esclarecidos sobre os seus direitos e apoiados/as a exercê-los;
- Articular com as unidades de saúde a garantia de acompanhamento adequado dos/as cuidadores/as e de quem é cuidado;
- Garantir que sejam concedidos os apoios e toda a logística necessária à ação do/a cuidador/a.

Educação

Para o PAN, nas escolas deve aprender-se a voar, criando-se todas as condições para essa aprendizagem. É nesse desafio maior que fundamentamos as nossas propostas.

É necessário rever e transformar as políticas educativas. Desde logo, reforçando a verdadeira autonomia das escolas, a implementação de um

modelo de gestão democrática, por oposição à nomeação de direções frequentemente reféns de poderes instituídos.

Para uma educação de qualidade, o PAN considera fundamental reduzir os conteúdos e conseqüentemente rever as aprendizagens essenciais. As políticas educativas vigentes obrigam as escolas a fixarem-se nas aprendizagens formais, no acumular de conteúdos, contrariamente ao que é preconizado nos discursos. Consideramos que é essencial incluir os termos inclusiva e equitativa, pois não se pretende o "igual para todas/os" mas antes que a escola seja onde todos/as podem ter o seu lugar.

O PAN preconiza um modelo educativo com base na abordagem da whole-school approach, onde a aprendizagem e o desenvolvimento comungam através da integração de todas as atividades letivas e não letivas, sustentadas no tempo, promotoras de inclusão e envolvimento ativo dos estudantes, integrada em modelos escolares democráticos, onde a formação profissional contínua é valorizada e se estabelecem pontes de comunicação sólidas com a comunidade envolvente. O conhecimento aprofundado da realidade envolvente concretiza e contextualiza as aprendizagens.

Dentro desses modelos, assoma a Escola-natureza ou Escola-Floresta. Nesta abordagem de Escola integrada na comunidade e meio envolvente, o PAN defende também os modelos de educação através da relação e contacto com a natureza e com os animais. Este é um espaço com recursos pedagógicos infinitos. Com a intencionalidade pedagógica de profissionais capacitados para este modelo, as crianças e os jovens passam a poder aprender através da exploração e da descoberta na natureza, tornando-se mais resilientes, criativos, autónomos, atentos a si, aos outros e ao mundo. Existem vários

estudos que apontam para os ganhos em saúde e para a aprendizagem resultantes de atividades escolares realizadas em espaços verdes, nomeadamente, maior capacidade de concentração, consciência e responsabilidade individual e coletiva, empatia pelo que rodeia, sentido crítico, auto-confiança e auto-estima, todos fatores essenciais para o desenvolvimento pessoal, para a motivação e para o sucesso nas aprendizagens. Mas atualmente as crianças e os jovens têm o dia repleto de atividades, passam mais tempo fechados, com muitas horas de tempo letivo e trabalhos de casa, e menos oportunidades para usufruir de atividades ao ar livre. Para crescerem de forma saudável, as crianças e os jovens necessitam de brincar e explorar a Natureza, com a Natureza, compreender e conectar-se com a Natureza e com os animais

O PAN considera que os Municípios devem ser promotores de Educação para a Cidadania, imprescindível para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres, em diálogo e no respeito pelas outras, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos. O mundo atual exige a formação de jovens capazes de, cooperativamente, darem resposta a desafios emergentes, sejam eles, a preservação do meio ambiente, a resolução de novos problemas sociais e humanos, ou o desempenho de profissões ainda desconhecidas. As aprendizagens significativas ocorrem essencialmente pela prática, ao longo da vida, com a participação, o envolvimento, cooperação e corresponsabilização de todos os agentes educativos.

Por conseguinte, é fundamental que os municípios reflitam nas políticas educativas os seguintes compromissos.

Compromissos municipais nas políticas educativas:

1. Promover oportunidades de educação formal, não formal e informal, de qualidade e inovação educativa para toda a comunidade escola;
2. Articular com o Ministério da Educação a disponibilização complementar de recursos e apoios técnicos especializados, psicólogos, terapeutas, serviço social, animadores, tradutores de Língua Gestual Portuguesa, materiais e serviços necessários ao melhor funcionamento da comunidade educativa;
3. Integrar e apoiar projetos no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular das escolas, disponibilizando recursos humanos e outros meios para o enriquecimento das aprendizagens, integrando os estudantes em todas as fases dos projetos e na devolução das aprendizagens às comunidades envolventes (payback);
4. Contribuir para a operacionalização da Cidadania e Desenvolvimento nas escolas, promovendo a criação de redes colaborativas, facilitando o estabelecimento de parcerias com múltiplos agentes da comunidade, nos diferentes domínios da Educação para a Cidadania;
5. Integrar projetos de ligação entre as escolas, famílias e comunidade, valorizando a realidade sociocultural local e disponibilizando espaços municipais de natureza cultural, ambiental, artística, desportiva, acessível a todos/as;
6. Melhorar as condições necessárias para garantir a frequência das ofertas profissionais e do ensino superior;

Face ao modelo de transferência de competências na educação proposto pelo Governo, através do [Decreto-Lei 21/2019, 2019-01-30 - DRE](#), consideramos que comporta consigo uma série de ameaças, mas também algumas oportunidades.

Oportunidades: é fundamental que as autarquias e o Estado Central desenvolvam sinergias no sentido de identificarem as necessidades, as oportunidades, os meios, recursos e procedimentos em matéria de educação. Deve caber aos órgãos de gestão das escolas identificar as necessidades locais para a concretização das atividades educativas e para as resolverem precisam de meios. Uma verdadeira descentralização de competências tem que assegurar a efetiva autonomia das escolas, seja na aquisição de bens para o funcionamento das atividades educativas, seja na gestão de horários dos professores e profissionais educativos, ou na alocação de recursos para as atividades letivas e não letivas.

O PAN assume a sua posição crítica em relação ao diploma proposto pelo Governo em matéria de transferência de competências na educação, considerando que ele deverá ser olhado também como uma oportunidade para definir modelos e procedimentos educativos mais ajustados às realidades e necessidades locais, integrando as ideias e valores que consideramos fundamentais para uma educação de qualidade, pugnando pelo respeito da autonomia e gestão democrática das escolas.

Nesse sentido, são compromissos do PAN:

- Pugnar junto do estado central pela revisão do modelo de administração e gestão democrática, com vista a uma maior participação e autonomia das escolas;
- Influenciar para que os agrupamentos escolares e escolas não agrupadas possam decidir sobre a constituição de turmas, organização dos horários, apoio a crianças que dele necessitam ou a organização de estruturas intermédias de gestão;
- Promover o debate sobre o modelo educativo atual;
- Reforçar a internalização das refeições escolares nos equipamentos educativos.

Planeamento Educativo do Território

No âmbito das competências municipais, o Planeamento Educativo do Território assume um papel essencial. Partindo da Carta Educativa, um documento de planeamento estratégico revisto de 10 em 10 anos, o município planeia o ordenamento da rede de equipamentos educativos, pautando-se por critérios de eficácia e eficiência, racionalização e complementaridade, quer a nível dos recursos, quer a nível das ofertas educativas. Este instrumento obrigatório exige um conhecimento profundo da realidade educativa concelhia, seus atores e contextos, bem como a sua relação com a realidade de outros territórios adjacentes, e realidades regionais e nacionais.

O PAN entende que no planeamento educativo do território é essencial:

- Criar uma rede integrada de recursos e respostas educativos do setor público, social e solidário, que garanta a possibilidade de rentabilização de espaços educativos (por exemplo: bibliotecas; espaços desportivos) e promova a partilha de boas práticas educativas com a comunidade;
- Garantir, em articulação e complemento com o Estado Central, equipamentos de creche e educação pré-escolar de qualidade, conducentes à total cobertura de necessidades dos territórios;
- Fomentar uma rede de jardins de infância inclusivos, que seja respeitadora das necessidades das crianças, nomeadamente no que se refere com o período de sesta, o contacto com a natureza e com os animais, o direito a brincar, a educação para os afetos, entre outros;
- Criar equipas multidisciplinares móveis, que numa ótica de partilha de recursos humanos, sejam constituídas por profissionais do Ministério da Educação e do Município, com recurso a mobilidade inter e intra-municipal, se necessário.

Rede Educativa e Formativa local

Na dimensão do planeamento, é também fundamental a definição da Rede Educativa e Formativa local. Vivemos na imprevisibilidade. Cada vez mais, crianças e jovens têm que estar preparados para os novos desafios trazidos por um mundo em contínua mudança. Prevê-se a alteração e mesmo extinção de vários tipos de profissões e o aparecimento de outras novas, onde as tecnologias e as competências interpessoais são tão importantes quanto as competências técnicas. A educação tem que se ajustar e reinventar, colocando a/o aluna/o no centro do processo educativo, onde esta/e deixa

de ser um mero recetor de informação para ser um agente crítico, capaz de utilizar os saberes em função dos desafios e das exigências sociais e profissionais. Neste sentido, a escola tem de se abrir para o exterior, estabelecer ligações com a comunidade, potenciando sinergias e oportunidades de desenvolvimento local.

Na perspetiva do PAN, a definição desta Rede tem que considerar:

- Adaptar o conceito de orientação escolar e profissional numa perspetiva longitudinal, transversal ao projeto educativo, iniciando a exploração e orientação vocacional desde a educação pré-escolar, ajustada ao nível de desenvolvimento das crianças;
- Criar uma equipa concelhia, com elementos de agrupamentos/escolas, de serviços de psicologia, da autarquia, do tecido empresarial, do IEFP e de representantes do ensino profissional, para o desenvolvimento de estratégias conjuntas no âmbito da orientação escolar e profissional que sejam promotoras da divulgação de informação, de protocolos de cooperação, de estágios, de partilhas de experiências e de boas práticas, e facilitadoras de uma maior aproximação entre a realidade formativa e profissional dos jovens;
- Integrar as atividades de orientação escolar e profissional nos planos de atividades das escolas e no plano municipal de educação;
- Garantir equipas permanentes de serviços de orientação escolar e profissional em todos os estabelecimentos educativos;
- Criar uma bolsa de parcerias locais e institucionais de forma a promover a ligação da comunidade aos serviços públicos, promovendo a literacia

para a cidadania e fomentando conhecimento sobre a participação no funcionamento das várias áreas de ação autárquica;

- Criar uma bolsa de profissionais voluntários para apoio às atividades de Orientação Escolar e Profissional nas escolas, nomeadamente através de testemunhos, informação e partilha de saberes e competências profissionais em diversas áreas de formação passíveis de serem escolhidas pelos alunos, suas famílias e agentes da comunidade;
- Estabelecer protocolos mediados pelas autarquias, de ligação à indústria e associações empresariais promovendo o conhecimento de realidades e competências profissionais diversificadas, e a desmistificação de estereótipos associados a determinadas áreas profissionais;
- Assegurar programas de desenvolvimento de competências sociais e interpessoais, em articulação com a abertura das instituições locais à comunidade escolar, permitindo o conhecimento dos serviços ao dispor dos cidadãos/ãs, e as diferentes profissões/funções desempenhadas;
- Promover o “Erasmus-In”, projeto de intercâmbio escolar dentro do país, em parceria com entidades e famílias locais, para o ensino secundário;
- Incentivar a oferta de cursos mais orientados para a prática, articulados com a avaliação das necessidades e oportunidades de mercado locais;
- Investir em oferta formativa nas áreas de economia verde, da economia circular, das energias renováveis e outras áreas fundamentais à sustentabilidade do planeta e da vida de todos os seres;

- Fomentar e apoiar a implementação do modelo DUAL combinado com o Ensino Superior e as associações empresariais locais/regionais, a iniciativa privada e agentes associativos e do setor social, no âmbito do ensino profissional e de aprendizagem;
- Garantir o acesso a ofertas formativas em artes, dando resposta às aspirações e vocações de todos os alunos que pretendam seguir esta via, independentemente das suas características sócio-económicas e/ou geográficas, através da implementação de um Programa Municipal de ofertas formativas em Artes, recorrendo a parcerias com escolas e outros municípios ou através da criação de Escolas Intermunicipais de Artes;
- Promover o acesso de todos os munícipes à formação complementar em artes de modo equitativo;
- Integrar projetos de inovação educacional nos Projetos Educativos Municipais, alicerçados num modelo de gestão democrática das escolas;
- Integrar projetos de inovação educacional com vista ao incentivo de uma transição para modelos educativos não assentes no manual escolar (ex: programa municipal mochila leve);
- Capacitar os profissionais de educação e direções escolares no desenvolvimento e implementação destes modelos;
- Incentivar o desenvolvimento de projetos orientados para a concretização dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) integrados na Agenda 2030.

Mobilidade na educação

A acessibilidade à educação faz-se também com uma intermobilidade inclusiva, através de transportes escolares, públicos e meios suaves.

Nos municípios que aderiram à municipalização prevista no Decreto-lei n.º 21/2019, o transporte escolar é realizado de forma gratuita para todas as alunas e alunos que frequentam o ensino obrigatório no concelho. Por lei, os outros municípios estão obrigados a garantir a oferta gratuita de transporte escolar até ao 9.º ano de escolaridade e a suportar 50% dos custos até ao 12.º ano, podendo beneficiar de transporte escolar as/os estudantes que residam a mais de 3 km da escola. Os municípios asseguram esta oferta muitas vezes de forma minimalista, com baixa qualidade e periodicidade.

Para o PAN, é necessário garantir esta oferta em cada município e promover um “salto” qualitativo com base nas seguintes propostas:

- Assegurar o transporte escolar para as atividades do Desporto Escolar, dos Clubes Escolares e outros projetos que envolvam a saída das/os alunas/os com periodicidade;
- Garantir uma rede integrada gratuita de transportes escolares conjugada com o transporte público (incluindo o transporte flexível), com vista a garantir o acesso à educação não formal, isto é, o acesso das crianças e jovens a bens, serviços e equipamentos para lá do horário escolar - sem esquecer a sua racionalização, com vista à otimização de custos -, indo para lá da articulação com os horários, atividades e necessidades escolares das/os alunas/os;

- Realizar estudos para a requalificação dos locais de tomada e largada de estudantes;
- Melhorar os acessos pedonais e outros meios suaves às escolas, com delimitação de rotas e percursos sinalizados, qualificados e vigiados;
- Incentivar a utilização de percursos pedonais e a mobilidade suave em vez da deslocação em automóvel familiar;
- Garantir o transporte público para todas e todos os que integram as comunidades escolares;
- Incluir nos critérios para a adjudicação do serviço de transporte escolar a garantia de menor emissão de gases com efeito de estufa e outras emissões poluentes das viaturas de transporte. A ponderação deste critério deve ser sempre superior a 50%;
- Promover a implementação de redes intermunicipais de bicicletas partilhadas, para permitir o acesso a serviços inexistentes no município (por exemplo, estações de caminho de ferro, de metropolitano, instituições de ensino, equipamentos culturais);
- Facultar o acesso à rede intermunicipal de bicicletas partilhadas de forma gratuita a estudantes do ensino secundário, profissional e superior;
- Garantir transporte municipal a todas as crianças e jovens até ao final da escolaridade obrigatória, articulando eficazmente os horários e os pontos de recolha, para que fiquem suficientemente próximos das habitações mais isoladas e/ ou longínquas;
- Criar um Programa Municipal, em articulação com as escolas, que fomente a criação de grupos de deslocação suave para a escola ou para

as Atividades de Tempos Livres (ATL), através de percursos predefinidos, em pequenos grupos e horários preestabelecidos, fomentando o convívio, a criação de laços com a comunidade e a conexão com a paisagem, para além do combate ao sedentarismo e redução do trânsito, com conseqüente melhoria do meio ambiente;

- Criar um programa anual de visitas de estudo, em articulação com os conselhos pedagógicos dos agrupamentos escolares, com gestão municipal da organização, logística e custos;
- Garantir, em articulação com as escolas, o transporte atempado a todas as alunas e alunos com necessidades específicas nos seus percursos, nos seus horários e outras exigências resultantes das especificidades de cada estudante.

Segurança em contexto escolar

Criadas as condições de acessibilidade à educação, é necessário garantir o investimento na segurança, qualidade e sustentabilidade dos equipamentos educativos, enquanto fatores essenciais para o desenvolvimento do sentimento de pertença e bem-estar de toda a comunidade educativa, contribuindo para o seu sucesso. Mas estas condições não podem ficar reféns de argumentos orçamentais ou obstáculos burocráticos que não se coadunam com o tempo letivo.

Para o PAN, são condições essenciais:

- Pugnar pela autonomia financeira dos agrupamentos ou escolas não agrupadas, garantindo a possibilidade de ajustes diretos até 20.000,00€ para despesas de funcionamento;
- Alargar a competência das direções das escolas/agrupamentos, através de contrato interadministrativo ou adequado protocolo de gestão com o município, ao lançamento de empreitadas de pequena e média dimensão destinadas à conservação e manutenção dos edifícios escolares com ajustes diretos até 30.000,00€ e consulta prévia até 150.000,00€, reservando-se a ação e intervenção municipal apenas para as grandes obras de construção ou reabilitação;
- Inventariar com os órgãos de gestão das escolas às necessidades de equipamentos, de intervenção e de reparação dos edifícios e espaços escolares, garantindo respostas de equidade para todos;
- Garantir equipas técnicas especializadas em cada agrupamento que permitam a manutenção das escolas, evitando estados de degradação e outros gastos mais avultados;
- Implementar o projeto “Faz Parte da Solução”, envolvendo a comunidade educativa no processo de recuperação dos edifícios e dos espaços exteriores;
- Potenciar estas atividades através de uma lógica de formação-aprendizagem, com intencionalidade educativa, desenvolvendo competências e saberes nas áreas intervencionadas;
- Assegurar que os projetos relativos a construções/reabilitações/conservação de escolas devem, obrigatoriamente, valorizar e priorizar materiais sustentáveis,

resultantes da economia circular, assegurar as questões de segurança e de arejamento e ter em conta a que população se destinam. Assegurar, igualmente, que os equipamentos são dotados de espaços destinados a refeitórios escolares;

- Criar um programa de recolha de equipamentos informáticos inutilizados e avariados para, em parceria com o comércio local, recuperá-los e distribuí-los pelas pessoas que necessitem destes, promovendo a economia circular;
- Privilegiar projetos de arquitetura e design que maximizem a eficiência energética dos edifícios e equipamentos escolares, privilegiando mecanismos de reutilização de águas da chuva, painéis solares, reduzindo o desperdício energético e estimulando a descarbonização nas escolas;
- Assegurar que o aquecimento e climatização de edifícios escolares, no âmbito da construção e requalificação dos equipamentos educativos, são realizados através da utilização de energias renováveis e alternativas, com menores custos financeiros e ambientais;
- Identificar os equipamentos escolares que dispõem de espaços de confeção própria adequados para a oferta das refeições escolares, reativando o seu funcionamento na comunidade escolar;
- Investir no regresso das cozinhas e cantinas escolares integradas, capazes de oferecer uma alimentação nutricionalmente adequada, com alternativas inclusivas para todas e todos, integrando opções estritamente vegetarianas e outras necessidades alimentares;

- Proceder à identificação de todos os fatores de risco para a saúde pública, procedendo à sua rápida remoção ou resolução (amianto, materiais danificados, humidade);
- Implementar o projeto “Dá cor à tua escola”, através da dinamização de redes locais de artistas, entidades do ensino superior e escolas profissionais, “Fazendo do betão, a tela”;
- Proceder à eliminação de todas as barreiras físicas existentes nas infraestruturas escolares e espaços adjacentes e às necessárias adaptações de todos os equipamentos educativos para a inclusão de pessoas com necessidades específicas;
- Garantir que na construção e remodelação dos equipamentos escolares os projetos de arquitetura asseguram soluções de segurança, bem-estar, saúde, oportunidades de exploração e vivência desportiva, bem como oportunidades de contacto com espaços verdes naturais;
- Garantir policiamento de proximidade junto aos equipamentos escolares, desenvolvendo ações de informação e capacitação de estudantes para a deteção de situações de risco e recursos de atuação na comunidade;
- Garantir a formação contínua das/os profissionais de educação na área dos primeiros socorros, incluindo os primeiros socorros emocionais;
- Implementar programas de combate a todas as formas de violência em contexto escolar.

Profissionais escolares

Há que fazer melhor no funcionamento dos contextos educativos. Todos os anos, as escolas reportam dificuldades em colmatar a falta de assistentes operacionais, elementos essenciais ao adequado funcionamento das escolas. Para responder a essas necessidades, as autarquias têm tido um papel fundamental na contratação e colocação destas/es profissionais, substituindo-se na maioria das vezes ao Estado.

Por isso, propomos:

- Atribuir a gestão do pessoal não docente aos órgãos de gestão das escolas, nomeadamente a distribuição das funções e serviços, a avaliação de desempenho, o mapa de férias, poder disciplinar e formação;
- Garantir a integração dos órgãos de gestão das escolas nos processos de recrutamento e colocação do pessoal não docente inseridos nas carreiras de assistente operacional e de assistente técnico;
- Contratação em função de perfis e necessidades/autonomia;
- Integrar elementos do pessoal não docente com formação específica na área das ciências no apoio aos laboratórios;
- Garantir a formação destas/es profissionais em áreas relacionadas com o seu exercício profissional, nomeadamente: bases de saúde mental, desenvolvimento de crianças e jovens, literacia em saúde, primeiros socorros;
- Criar protocolos com universidades e entidades formadoras para disponibilizar formação certificada aos agentes educativos;

- Incentivar medidas de integração destas/es profissionais nos projetos educativos e nas políticas educativas municipais.

A educação não pode acontecer desligada da natureza. Por isso, deve o município:

- Incentivar e apoiar as escolas no desenvolvimento de projetos pedagógicos realizados na natureza e espaços verdes;
- Fomentar a capacitação das/os profissionais de educação e encarregadas/os de educação nestes modelos educativos;
- Criar uma Rede Municipal de Eco-escolas;
- Promover um contacto regular das/os alunas/os de todas as escolas do município com animais, desde a educação pré-escolar, através de visitas e sessões de voluntariado em associações zoófilas locais e santuários;
- Integrar casas para pássaros, jardins e hortas nos espaços escolares, fomentando a relação das crianças com os ritmos da natureza e dos animais;
- Realizar estudos de impacto sobre a integração das crianças nestes modelos em indicadores de saúde, comportamento, cidadania e aprendizagem;
- Divulgar os resultados destes estudos e trabalhos desenvolvidos pela Rede Municipal de Eco-escolas à comunidade;
- Dotar todas as escolas com ecopontos e compostores.

Alimentação

No que diz respeito às refeições escolares e gestão das cantinas escolares, a posição do PAN é clara: a saúde começa no prato. A alimentação deverá ser a pedra basilar de promoção de saúde. A escola deverá promover e incentivar a adoção de hábitos saudáveis, adotando igualmente um papel didático, valorizando os alimentos mais saudáveis e comportamentos que em última análise contribuem, desde cedo, para a prevenção da doença. Importa garantir que as cantinas escolares sejam dotadas de mecanismos que melhorem a qualidade da oferta alimentar e respondam às necessidades nutricionais de toda a comunidade escolar. A criação de estratégias para a promoção de hábitos alimentares mais saudáveis, assim como a garantia da qualidade das refeições servidas passa, inevitavelmente, pela presença e pelo trabalho desenvolvido pelas/os nutricionistas.

O que propomos:

- Assegurar a disponibilização de um/a nutricionista por agrupamento de escolas;
- Estabelecer como objetivo a realização de, pelo menos, uma consulta de nutrição individual, por ano letivo, para todas as alunas e alunos, acautelando os devidos recursos;
- Assegurar uma resposta efetiva na sinalização e acompanhamento da/os estudantes que manifestam necessidade de apoio específico na área da nutrição;

- Promover sessões mensais no âmbito da educação alimentar, junto das comunidades escolares e em conjunto com as famílias, asseguradas por nutricionistas;
- Definir - em conjunto com agrupamentos escolares/escolas, pais, encarregadas/os de educação e profissionais da área - estratégias locais para promoção de hábitos alimentares saudáveis;
- Priorizar a aquisição de alimentos, preferencialmente biológicos, aos produtores locais, como forma de contribuir para uma maior qualidade da alimentação nas escolas e simultaneamente para as atividades comerciais locais, dando assim cumprimento à lei 34/2019 e à Estratégia Europeia do Prado ao Prato;
- Assegurar a disponibilização diária nas escolas de uma refeição estritamente vegetariana e nutricionalmente equilibrada, nos mesmos moldes que a alimentação não vegetariana é oferecida;
- Desenvolver atividades que promovam o envolvimento das/os alunas/os na confeção das refeições;
- Assegurar a formação em alimentação de base vegetal, nutricionalmente equilibrada, nas cantinas cuja competência de gestão pertença ao agrupamento escolar/escola não agrupada/município;
- Garantir em qualquer contexto de oferta alimentar - como máquinas de vending, bares e outros - a existência de alimentos saudáveis e a inclusão de opções vegetarianas estritas;
- Estabelecer que os cadernos de encargos relativos à concessão do fornecimento de refeições por entidades externas devem,

obrigatoriamente, assumir critérios mais sustentáveis e incluir um estudo comparativo entre contrato e gestão da própria autarquia;

- Implementar um programa de convite semanal a representantes da comunidade para estarem presentes nas refeições escolares, abrindo, assim, portas à comunidade e criando pontes com a comunidade educativa.

Educação inclusiva

A educação inclusiva é fundamental para a garantia de um acesso equitativo de oportunidades com vista ao sucesso escolar. Neste âmbito, também a Câmara Municipal deverá assumir-se como elemento ativo neste processo, ora dotando as escolas de equipamentos que permitam o desenvolvimento de aprendizagens, ora contribuindo na construção de projetos inclusivos, inovadores, que permitam às comunidades educativas dotarem-se de ferramentas que visem um ensino de qualidade, promovendo a criação de sinergias entre a comunidade. A educação deverá ser um sistema aberto às famílias e às comunidades, onde se promovam dinâmicas entre os vários agentes educativos. Torna-se essencial que sejam garantidas respostas sociais e medidas concretas de forma a colmatar as desigualdades existentes e que tendem a discriminar negativamente a pessoa com limitações e/ou incapacidades. Neste âmbito, é premente que o Município pugne por políticas inclusivas e garanta mecanismos que quebrem barreiras físicas, atitudinais e comunicacionais.

Para isso, propomos:

- Proceder ao levantamento municipal das necessidades de apoio a estudantes para quem foram mobilizadas medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, nomeadamente no que diz respeito a equipamentos, materiais didáticos em braille e materiais pedagógicos adaptados às especificidades de cada estudante;
- Criar uma bolsa municipal de Intérpretes em Língua Gestual Portuguesa (LGP), disponibilizada de forma gratuita às famílias que integrem progenitor/a surdo/a em idade escolar, devidamente articulada com uma resposta nacional;
- Desenvolver projetos que visem a formação básica em LGP para docentes, não docentes e comunidade em geral;
- Integrar projetos de aprendizagem em LGP adaptada às crianças ouvintes;
- Dotar as escolas de equipamentos informáticos que permitam facilitar quer a aprendizagem, quer a comunicação, em contextos de ensino à distância;
- Implementar programas de integração na comunidade para crianças/jovens com limitações e/ou incapacidades, através de uma rede de apoio a estas/es alunas/os/famílias ao longo dos percursos educativos e formativos, fomentando o desenvolvimento das competências sociais necessárias à sua autonomia e integração profissional;
- Criar o programa “Educar IN” - plano municipal de apoio aos pais na capacitação para a gestão educativa das/os educandas/os com necessidades especiais, através de parcerias com faculdades de

psicologia e educação, e com o acompanhamento de técnicas/os municipais;

- Criar o programa “Time Off” - programa municipal de apoio às/aos cuidadoras/es de crianças e jovens com limitações e/ou incapacidades, com o objetivo de proporcionar uma oportunidade de descanso das exigentes funções destas/es cuidadoras/es;
- Contratar, de forma atempada, as/os assistentes operacionais para estudantes com necessidades específicas, mediante transferências de verbas do Governo para o efeito;
- Reforçar a contratação de assistentes operacionais para além do estipulado no rácio, de acordo com as necessidades locais;
- Desenvolver parcerias com entidades artísticas para utilizar as áreas da Arte, Cultura, Desporto, entre outras, como meios privilegiados de inclusão.

A educação para os afetos

Da estratégia nacional para a cidadania, o PAN firma a sua posição da educação para os afetos ter de ser priorizada de outra forma nas políticas educativas, assim como a educação para o bem-estar e proteção animal. Do mesmo modo, consideramos que deveria fazer parte da estratégia nacional para a cidadania a educação para a cultura. Contudo, não constando na estratégia nacional, o município pode e deve fazê-lo nas suas políticas municipais.

A primeira lei que tentou regular a educação sexual nas escolas remonta a 1984, sem que até aos dias de hoje tenhamos grandes e bons exemplos da existência efetiva e estruturada de um Programa de Educação Afetiva e Sexual. As discussões que se têm feito em Portugal sobre os conteúdos da disciplina de cidadania realçam, acima de tudo, o pouco conhecimento e o preconceito existente por parte de quem defende acabar com esta disciplina. A educação para os afetos representa uma oportunidade e é uma decisão política de se promover uma sexualidade responsável e o respeito pelo direito à diferença e pelas outras pessoas, nomeadamente das suas características físicas, os seus valores e a sua orientação sexual. Para além disto, permite também trabalhar temas tão importantes como: o abuso sexual, a gravidez não desejada, infeções sexuais, direitos LGBTI+, entre outros.

Assim, o PAN propõe que o município possa:

- Garantir formação a todas/os as/os docentes, assistentes operacionais e técnicas/os de todos os agrupamentos do município, a iniciar no pré-escolar, sobre a educação para os afetos;
- Desenvolver, com os agrupamentos e em parceria com as respetivas unidades de saúde, um programa de educação para os afetos que inclua todos os níveis de escolaridade, bem como todas as áreas de ensino;
- Implementar, em cada um dos agrupamentos, uma formação destinada a encarregadas/os de educação sobre a educação para os afetos e onde se explicita o trabalho que se irá desenvolver;

- Implementar sessões de esclarecimento para a comunidade escolar sobre prevenção de abusos sexuais e segurança nas redes sociais;
- Estabelecer parcerias com as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Organizações Não-Governamentais (ONG) do município para que intervenham no projeto, dinamizando ações concretas de intervenção;
- Dinamizar concursos interescolares sobre as diferentes áreas da educação para os afetos, através da promoção de atividades que abordem o tema de forma informal, mas estruturada.

A educação para o bem-estar e proteção animal

A cidadania constrói-se a partir dos primeiros anos de vida e em todos os contextos em que nos movemos. A escola tem em si o poder e o privilégio de transformar o mundo através das suas “matérias-primas” mais ricas, as crianças e jovens. Queremos um futuro onde o respeito pelo bem-estar animal seja uma regra incorporada por toda a sociedade. Para isso, é no dia-a-dia das comunidades educativas que têm de ser integradas medidas contínuas e coerentes de respeito pela vida e bem-estar dos animais, desde logo garantindo a sua transversalização nos diversos contextos e a sua priorização enquanto política pública de educação.

- Tornar público o retrato do município na proteção animal e as políticas educativas municipais que têm sido desenvolvidas até ao momento nesta área;
- Integrar, numa estratégia municipal 2021-2025 para a proteção animal, as políticas educativas, que visem:
 - o Criar um programa educativo municipal integrando todas/os as/os que atuam no município pela proteção animal (associações, autoridades, cuidadoras/es, profissionais especializadas/os), com vista a desenvolver competências como a empatia, o respeito pelos animais, entre outras;
 - o Dinamizar sessões de leitura que integrem livros que promovam o bem-estar animal e criar um programa de leitura com as famílias que inclua a disponibilização de livros;
 - o Visitar abrigos de animais abandonados ou santuários que albergam animais resgatados de maus-tratos, reservas naturais e parques naturais, garantindo que não há incentivos de oferta de bilhética para circos com animais, garraizadas, aviários, presépios vivos, entre outros, pois não se pode normalizar a violência ou banalizar a captura de animais selvagens;
 - o Incentivar à integração deste tema nas atividades extracurriculares e na disciplina de cidadania, avaliando a

implementação dos programas, nomeadamente através de estudos de impacto;

- o Contemplar no Plano Educativo Municipal preocupações com a pedagogia do bem-estar animal;
- o Garantir a inclusão de regras no regulamento escolar sobre o respeito pelos animais e natureza existentes na escola (árvores, formigas, abelhas, aranhas, entre outros);
- o Promover formação em primeiros socorros para animais à comunidade educativa;
- o Promover um programa de formação em comportamento animal e interação humana na comunidade educativa;
- o Implementar um projeto para incentivar a integração dos animais nas escolas com responsabilidades partilhadas entre a direção, professoras/es, assistentes operacionais e estudantes.

Educação para a cultura e ativismo

Para o PAN, a educação e a cultura têm de caminhar lado a lado. O ativismo será a forma de melhor consolidar as relações entre as referidas áreas de intervenção e aprendizagem. Isto é especialmente estruturante se tiver como ponto de partida a comunidade escolar. Esta, enquanto espaço de saberes, torna-se, assim, palco por excelência de tal encontro.

Deste modo, privilegiando a ação como meio do conhecimento prático - pois assim entendemos o ativismo -, daremos lugar à geração de comunidades

colaborativas, sem esquecer a destreza emocional, com particular enfoque na resiliência. Desta forma, contribuiremos fundamentalmente para a concretização de espaços abertos ao debate - que não é mais do que a argumentação pela prática -, incentivando firmemente a uma maior participação na construção de um entorno que a todas/os inclua, sem exceções. Será ainda desejável para a substanciação de tal desígnio que a educação através da cultura orientada para a defesa de causas seja acompanhada pela participação de movimentos de cidadania ativos locais e regionais.

Propomos:

- Tornar as escolas centros de voluntariado, inspirados pela cultura do cuidado pelas outras pessoas e pela natureza;
- Utilizar, por semana, um dia útil das escolas para as atividades não formais, relacionadas com as artes, o desporto, a natureza, o voluntariado e o bem-estar animal, estabelecendo parcerias com o tecido económico, associativo, social, cultural e desportivo.

Uma escola com atividades de enriquecimento curricular integradas, de qualidade para os estudantes e profissionais

Reconhecemos as mais valias das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), nomeadamente na democratização do acesso a diversas atividades de enriquecimento para todas as crianças. Contudo, há ainda um caminho a fazer. Importa, por isso, passar a considerar o papel das AEC no plano educativo das escolas, promovendo a sinergia e cooperação entre as/os

diferentes profissionais, podendo realizar-se em horários letivos, se assim for mais conveniente para a comunidade escolar, na perspetiva da promoção de um tempo de qualidade.

Tendo em consideração um estudo de avaliação externa dos impactos do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, realizado em 2013 a pedido do Ministério da Educação, verificou-se uma excessiva escolarização das atividades de enriquecimento curricular, com caráter segmentado, disciplinar e formal, pouco articuladas com o período curricular e com o projeto educativo dos agrupamentos de escolas. Neste mesmo estudo, alerta-se para o caráter substitutivo que algumas AEC têm tido relativamente à componente de expressões artísticas e físico-motoras, parte integrante da matriz curricular do primeiro ciclo do ensino básico. Apesar de verificarmos alguma evolução positiva em relação a estes aspetos, em alguns agrupamentos de escolas continuamos a constatar a existência desta visão da escolarização das AEC.

Assim, propomo-nos a:

- Assegurar que a contratação de professoras/es e/ou técnicas/os de áreas diferenciadas é feita pelo próprio agrupamento, com a remuneração adequada à formação destas/es profissionais de acordo com a tabela remuneratória das suas categorias profissionais;
- Criar espaços/valências que tenham em consideração o lúdico e o aprender brincando, através de áreas que incluam o desporto, o teatro, a natureza, a cidadania, o voluntariado e outros, como já ocorre em

alguns agrupamentos, que promovem o desenvolvimento da criatividade e das expressões;

- Desenvolver clubes nas escolas nos tempos letivos das/os professoras/es (ciência, fotografia, robótica, teatro, ambiente, entre outros) que sejam considerados na oferta das AEC;
- Implementar um programa desportivo em articulação com os equipamentos desportivos existentes no município, integrando todas as crianças e jovens dos agrupamentos escolares e escolas não agrupadas em práticas desportivas diversificadas;
- Diversificar o espaço utilizado durante as AEC, adequado ao contexto e inclusivo, não se limitando à sala de aula;
- Promover a articulação entre as escolas, a autarquia e instituições de carácter artístico e cultural (por exemplo, biblioteca municipal, centros de ciência, grupos de teatro/música/folclore locais);
- Implementar práticas de relaxamento, mindfulness, filosofia com crianças, educação para os afetos e aprendizagem através da natureza;
- Apoiar e desenvolver projetos junto de produtores locais e com a comunidade escolar, de forma a proporcionar sessões temáticas relacionadas com a produção dos alimentos e criação de hortas nas escolas - “O que vem da terra, volta à terra”.

Atividades de apoio à família

Por que precisam as crianças de estar tanto tempo na escola? Na realidade, porque as mães e pais têm de trabalhar demasiadas horas e/ou porque não

conseguem horários coincidentes. Defendemos que as famílias devem ter tempo de qualidade e que a sociedade deve garantir a conciliação da vida profissional com a vida familiar - o ideal é que a família tenha tempo para viver em família.

Contudo, reconhecemos que existe atualmente uma elevada exigência e regularidade de trabalhos de casa que não permitem que as crianças brinquem e descansem, além de que acrescentam momentos com menor qualidade com a própria família. Não sendo a escola a tempo inteiro obrigatória, não devemos sobrecarregar as/os alunas/os, devendo complementar-se o seu horário com o que realmente importa - salas de apoio ao estudo, tecnologias da informação e comunicação (TIC), clubes de leitura, teatro, ciências, ambiente -, numa perspetiva lúdica onde a aprendizagem se faz através da curiosidade natural das crianças.

Neste sentido, pugnamos por:

- Criar espaços nas escolas dotados de recursos lúdicos, jogos (tradicionais, de tabuleiro e pintados nos pisos exteriores) e, quando pertinente, instruções para construções e livros, possibilitando às crianças escolher de forma livre as suas atividades;
- Oferecer um plano de recursos lúdicos com o envolvimento de toda a comunidade escolar, onde seja incentivada a ida da família à escola, para partilhas de experiências e conhecimentos;
- Dotar esses espaços de recursos humanos e materiais para o estudo autónomo das crianças que necessitem desse apoio;

- Promover medidas políticas locais de apoio à família, através do estímulo à implementação de respostas socioeducativas para crianças dos 0 aos 5 anos (ou mais, até à entrada no 1.º ciclo do ensino básico), tendo em conta critérios de proximidade dos locais de trabalho das/os encarregadas/os de educação, promovendo oportunidades de contacto ao longo da jornada de trabalho das mães e pais com menores até aos 5 anos de idade (ou mais, até à entrada no 1.º ciclo de ensino básico);
- Assegurar a implementação de projetos e materiais inclusivos que garantam a igualdade de direitos e de oportunidades a todas/os as/s alunas/os (material adaptado, como tesouras para esquerditos, lápis de cor com indicação da mesma em braille, livros em braille e audiolivros);
- Promover, da parte da autarquia e durante a época de férias escolares, o funcionamento de ateliês de tempos livres para crianças e jovens, associando programas de lazer e ações de solidariedade ligadas ao voluntariado em áreas de proteção da natureza, dos animais e de apoio a idosos;
- Assegurar, em articulação com o agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas, a criação de uma rede integrada de respostas de apoio às famílias, através de respostas das Componentes de Apoio à Família (CAF), das Atividades de Animação e de Apoio à Família na Educação Pré-Escolar (AAAF), e de outras equivalentes do setor social e solidário, para coordenar as várias respostas sociais locais no apoio às crianças e respetivas famílias após o horário letivo escolar.

A educação da população adulta

A aprendizagem ao longo da vida deverá ser um pilar importante no âmbito da educação. Portugal apresenta um baixo nível de qualificação profissional e escolar entre a população adulta, além de taxas elevadas de abandono escolar precoce, e tem de responder aos desafios da sociedade do conhecimento de forma urgente e prioritária. O nível global de qualificações da população adulta em literacia digital é mais baixo do que a média da UE28. Em 2017, metade da população portuguesa ainda não possuía competências digitais básicas e 27% não tinha quaisquer competências digitais.

O município deve estimular a participação cidadã no projeto coletivo a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta as iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea.

- Apostar em ações de sensibilização junto das associações de pais para divulgação de caminhos de qualificação, para a promoção do aumento da qualificação escolar das mães e pais das/os alunas/os;
- Apostar na requalificação ou reorientação profissional de pessoas adultas, estimulando programas que incentivem a aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente o balanço de competências, acompanhados por psicólogos, e investir na formação modular e de continuidade que permita a prossecução de estudos ou o reconhecimento de um grau de “especialista”;

- Criar projetos a nível municipal “+ Literacia”, com vista a erradicar o analfabetismo em Portugal (Plano Integrado de Erradicação do Analfabetismo);
- Criar ambientes locais de aprendizagem e de promoção da literacia digital das pessoas adultas, procurando o exercício de um acesso democrático à informação (bibliotecas Municipais, centros cívicos);
- Promover o português para estrangeiras/os como veículo para a integração das comunidades;
- Proporcionar o acesso à formação contínua, numa perspetiva de aquisição de competências e atualização de conhecimentos, que permita acompanhar a cultura democrática e ecológica que se pretende cultivar na comunidade.

Ensino superior

Os custos do alojamento universitário constituem a maior fatia do orçamento das/os estudantes e conseqüentemente o maior entrave financeiro no acesso ao ensino superior. Para além disto, aprofundam assimetrias socioeconómicas entre zonas rurais e urbanas, uma vez que o número de estudantes deslocadas/os que residem nas primeiras é superior.

Neste sentido, o PAN propõe a criação de condições para o alojamento estudantil a preços acessíveis:

- Criar um programa de arrendamento acessível para estudantes ao nível municipal, que estabeleça limites aos valores de rendas, oferecendo alguns benefícios fiscais às/ proprietárias/os;

- Estabelecer parcerias com projetos de Alojamento Local, garantindo a disponibilização de algumas frações para o alojamento estudantil, a preços acessíveis e oferecendo benefícios fiscais ou apoios ao investimento;
- Apoiar programas de hospedagem de estudantes do ensino superior em casas de pessoas maiores, mediante o pagamento de uma contribuição simbólica, garantindo alojamento acessível, partilha intergeracional de experiências e combatendo o isolamento de pessoas idosas, com o adequado acompanhamento;
- Criar cooperativas de habitação para incentivar a partilha de espaços, de casa e de equipamentos (*coliving e cohousing*) numa aposta nos modelos cooperativos, colaborativos, comunitários e transformacionais;
- Direcionar as políticas municipais para a criação de residências para as/os nómadas digitais.

Além dos problemas identificados ao nível do acesso ao alojamento estudantil, há uma série de outras respostas ao nível da democratização do ensino superior que, numa lógica de articulação e complemento ao estado central e às instituições do ensino superior, entendemos que as políticas municipais devem dar, nomeadamente em:

- Garantir uma rede pública de transportes intermunicipal coordenada, integrada e eficiente para o acesso às instituições de ensino superior;
- Implementar ou reforçar um programa municipal de atribuição de bolsas de estudo destinadas a estudantes a quem não tenham sido atribuídas bolsas da Direção-Geral de Ensino Superior (DGES);

- Promover as “Universidades de Verão Municipalizadas”, criando laços entre estudantes de ensino secundário e instituições de ensino superior;
- Implementar as Semanas Municipais da Juventude, promovendo o debate sobre as políticas para a juventude, aumentando o contacto das/os alunos do ensino secundário com ex-alunas/os das mesmas escolas que frequentam o ensino superior, de modo a aumentar a proximidade com o ensino superior e mostrar diferentes percursos que podem ser tomados (no âmbito de um projeto integrado de orientação escolar e profissional);
- Disponibilizar serviços de psicologia gratuitos a estudantes universitários (gestão de stress, ansiedade, aconselhamento e orientação);
- Garantir o acesso gratuito de estudantes de ensino superior a museus, arquivos e espaços culturais, mediante apresentação do cartão de estudante universitária/o;
- Promover um programa de estágios de verão municipais, no público e privado, para estudantes do ensino superior;
- Disponibilizar apoio municipal através da atribuição de vouchers para a aquisição de e-books e material de apoio a estudantes;
- Promover um programa de acesso à cultura para estudantes, que integre entidades parceiras desta área, bem como acesso a espetáculos com ingressos mais acessíveis ou mesmo gratuitos nos espaços de responsabilidade da Câmara;

- Identificar locais de risco que aumentem a insegurança no percurso universitário, em concertação com as instituições de ensino superior, com vista a assegurar condições de bem-estar e segurança na periferia dos contextos universitários.

Saúde mental na educação

Muitos dos sinais de perturbação psicológica na vida adulta surgem na infância e na adolescência, pelo que as escolas são espaços privilegiados para identificar e sinalizar comportamentos que possam vir a consolidar problemas de saúde mental.

O município deve construir pontes entre a comunidade, a escola, as famílias, as crianças e jovens, promovendo e facilitando quer o acesso à informação, quer capacitando a escola e a família para a sinalização de potenciais quadros clínicos que carecem de acompanhamento, combatendo o abandono e insucesso escolar, prevenindo-se potenciais impactos negativos na saúde mental aquando da vida adulta.

- Desenvolver junto dos estabelecimentos escolares públicos ações de formação direcionadas às/aos docentes, dirigentes escolares, assistentes técnicas/os e assistentes operacionais, capacitando as/os profissionais de conhecimentos e competências que permitam a identificação de sinais ou sintomas que possam ser reflexo de uma necessidade de acompanhamento;
- Reforçar as equipas de psicólogas/os nos agrupamentos escolares, alargando o seu âmbito de atuação;

- Criar equipas comunitárias multidisciplinares no âmbito da saúde mental para a infância e adolescência, constituídas por profissionais de saúde mental, serviço social, educação, em articulação com o/a educador/a, professor/a titular ou diretor/a de turma;
- Criar vias verdes para o encaminhamento de situações de risco à saúde mental para os serviços de saúde;
- Apoiar e desenvolver projetos junto das comunidades escolares que promovam o desenvolvimento de uma rede de associativismo juvenil, como forma de combater o isolamento e prevenir cenários de exclusão

esterilizações e acções com animais em lares, abrigos/comedouros/bebedouros + figura do provedor + reforço da equipa veterinária municipal, + reforço de material de captura + reforço de apoios a voluntários e associações + apoios veterinários a famílias mais carenciadas